



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

SANDRA MARIA TAVARES ASSUNÇÃO

**A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CEARÁ.
COMUNIDADE QUILOMBOLA ALTO ALEGRE.**

Fortaleza

2016



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTANCIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

SANDRA MARIA TAVARES ASSUNÇÃO

**A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CEARÁ:
COMUNIDADE QUILOMBOLA ALTO ALEGRE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista. Orientadora: Prof^a Dra. Jeannette Filomeno Pouchain Ramos.

Fortaleza

2016

DEDICATÓRIA

"Nosso grande medo não é o de que sejamos incapazes. Nosso maior medo é que sejamos poderosos além da medida. É nossa luz, não nossa escuridão, que mais nos amedronta. Perguntamo-nos: "Quem sou eu para ser brilhante, atraente, talentoso e incrível? "Na verdade, quem é você para não ser tudo isso?... Bancar o pequeno não ajuda o mundo. Não há nada de brilhante em encolher-se para que as outras pessoas não se sintam inseguras em torno de você. E à medida que deixamos nossa própria luz brilhar, inconscientemente damos às outras pessoas permissão para fazer o mesmo"

Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus por ter me dado sabedoria e força para sempre acreditar que é possível. A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração e a minha orientadora Prof^a. Dra. Jeannette Filomeno Pouchain Ramos que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte possível, com expectativas concretas e baseadas na confiança, no mérito e ética, aqui presentes. A minha família e principalmente a minha mãe, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu sincero, muito obrigada.

RESUMO

Neste trabalho comprometi-me a dialogar com o universo plural e com as particularidades específicas ao objeto de estudo que é a lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica e as possibilidades na construção de novas relações étnico-raciais a partir de sua implementação na Escola Olímpio Nogueira. A presente pesquisa teve como objetivo geral investigar os desdobramentos das determinações da Lei no currículo da escola e nas relações étnico-raciais da comunidade quilombola (2008-2016) e como específicos: a) verificar desdobramentos da implementação da lei na unidade escolar, b) identificar qual é a contribuição da formação continuada para a resignificação das práticas pedagógicas e de que forma estas tem desconstruído o preconceito racial e afirmado a cultura negra e a sua relação com o processo de autoafirmação étnico-racial dos educadores e estudantes da escola e a relação com a cultura local. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida priorizando uma representação de professores, estudantes dos anos finais do ensino fundamental, pais e equipe gestora da referida instituição. Na realização do estudo, optei pela abordagem qualitativa com foco em pesquisa bibliográfica e documental. Escolhi como tipo de pesquisa o estudo de caso e como técnica norteadora na interpretação dos dados qualitativos encontrados na pesquisa de campo, a análise de conteúdo. A observação, as entrevistas e a análise documental foram os procedimentos utilizados na coleta das informações. O aporte teórico fundamenta-se na literatura de autores que discutem a temática: formação docente (FREIRE, 2001; PIMENTA, 2002; ALARCÃO, 2001) práticas pedagógicas (TARDIF, 2002; PIMENTA, 2001), currículo (SACRISTÁN, 2000), Identidade (SILVA, 2000) entre outros). Desse modo, conclui-se através dos resultados obtidos que a formação continuada dos professores foi essencial para a implementação da lei 10639/03 que teve desdobramentos significativos no currículo e nas práticas pedagógicas e contribuiu para o reconhecimento da história do/a negro/a e de sua cultura, bem como uma melhoria considerável no sentimento de pertence da comunidade do Alto Alegre, principalmente para os estudantes.

Palavras-chave: Formação docente, Práticas Pedagógicas, Lei 10.639/03.

RESUME

In this work I swore to dialogue with the plural universe and the specific characteristics to the study object that is the Law 10.639 / 03, which establishes the obligation of En-bell History and Afro-Brazilian culture and African in Basic Education and possibilities in building new ethnic-racial relations from its implementation in school Olimpio Nogueira. This research aimed to investigate the consequences of the determinations of Law School curriculum and ethnic-racial relations quilombola community (2008-2016) and as specific: a) verify the implementation of the law developments at schools, b) identify what is the contribution of training continuity to the redefinition of pedagogical practices and how these have deconstructed racial prejudice and affirmed black culture and its relationship with the process of ethnic and racial self-assertion of educators and students school and the relationship with the local culture. Therefore, the research was developed prioritizing a representation of teachers, students in the final years of elementary school, parents and management team of the institution. In the study, I chose the qualitative approach focusing on documentary and bibliographical research. Chosen as the type of research the case study and as guiding technique in the interpretation of qualitative data in the field of research, content analysis. The observation, interviews and document analysis were the procedures used to collect the information. The theoretical framework is based on the literature of authors who discuss the topic: teacher education (Freire, 2001; PEPPER, 2002; ALARCÃO, 2001) pedagogical practices (Tardif, 2002; PEPPER, 2001), curriculum (SACRISTÁN, 2000), Identity (SILVA, 2000) among others). Thus, it follows from the results obtained in the research, the ongoing training of teachers was essential for the implementation of Law 10639/03 had significant developments in curriculum and pedagogical practices and contributed to the recognition of the history of / to black / ae of their culture, as well as an improvement considering the level sense of belonging of the Alto Alegre community, especially for students.

Keywords: Teacher training, Pedagogical Practices, Law 10,639 / 03.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 1 - Foto do documento de reconhecimento da Comunidade Quilombola Alto Alegre
- Imagem 2 - Atividade do Projeto A Hora do Jogo
- Imagem 3 - Atividade realizada na ARQUA
- Imagem 4 - Coordenadora da ARQUA-Chá de memórias
- Imagem 5 - Bonequeira da comunidade de Alto Alegre
- Imagem 6 - Mulheres quilombolas- bonequeiras da Comunidade de Alto Alegre reunidas
- Imagem 7 - Banda Afroalegre
- Imagem 8 - Atividade de construção de instrumentos musicais
- Imagem 9 - Atividade em sala de aula
- Imagem 10 - Construção do álbum de identidade
- Imagem 11 - Construção do álbum de identidade
- Imagem 12 - Reunião de pais
- Imagem 13 - Parecer positivo quanto ao acréscimo da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo desenvolvido nas escolas municipais de Horizonte
- Imagem 14 - Matriz curricular do Ensino Fundamental Anos Finais (extrato)
- Imagem 15 - Currículo de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (extrato)
- Imagem 16 - Apresentação no Centro Cultural
- Imagem 17 - Apresentação na escolar
- Imagem 18 - Formação Continuada na SMEH
- Imagem 19 - Formação continuada - aula de campo
- Imagem 20 - Matriz curricular anos finais do Ensino Fundamental (extrato)
- Imagem 21 - Visitação a Casa de Memórias
- Imagem 22 - Desfile do 7 de setembro de 2015-Apresentação da escola Olímpio Nogueira (na sede)
- Imagem 23 - Desfile do 7 de setembro de 2015-Apresentação da escola Olímpio Nogueira (na comunidade)
- Imagem 24 - Apresentações culturais organizadas pela escola
- Imagem 25 - Construção do acordo de convivência
- Imagem 26 - Desfile da beleza Afro

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comunidades Quilombolas no Ceará

Tabela 2 - Respostas dos professores à questão aberta: a importância do estudo sobre a História da África e Cultura Afro-brasileira

Tabela 3 - Respostas dos estudantes à questão aberta: a importância do estudo sobre a História da África e Cultura Afro-brasileira

**A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CEARÁ
COMUNIDADE QUILOMBOLA ALTO ALEGRE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nome

Instituição

Prof. Dr. Nome

Instituição

Prof. Dr. Nome

Instituição

Fortaleza

2016

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. POLÍTICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS DA NEGRITUDE BRASILEIRA	16
2. HORIZONTES DA NEGRITUDE CEARENSE	23
2.1. A comunidade de Alto Alegre e as relações étnico-raciais	28
2.2. A Lei Nº 10.639/03 e as relações étnico-raciais na Escola Olímpio Nogueira	33
3. A FORMAÇÃO DOCENTE E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COMO HORIZONTE NO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA	54
CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
Apêndice A - Entrevista semiestruturada aplicada ao núcleo gestor da Escola Olímpio Nogueira	74
Apêndice B - Entrevista semiestruturada aplicada aos professores da Escola Olímpio Nogueira	75
Apêndice C - Entrevista semiestruturada aplicada aos estudantes da Escola Olímpio Nogueira	76
Apêndice D - Entrevista semiestruturada aplicada aos pais dos estudantes da Escola Olímpio Nogueira	77

INTRODUÇÃO

É relevante destacar que minha pesquisa origina-se num cenário muito específico, em um espaço vivo de construções e de significados, de saberes impregnados de cultura africana. A ancestralidade evocada na cor da pele, aprisionada no “branqueamento” imposto pela estética dos estereótipos, parece um gingado que não pode se aquietar diante da memória e história da comunidade.

O conhecimento, muitas vezes, está acorrentado ao “mito da escravidão”, com suas justificativas mal elaboradas e omissões, traduzindo partes de um todo que, na maioria das vezes, não mostra a real história desse povo que demonstrou tanta resistência em suas lutas e conquistas.

Desde 2009 atuo como técnica pedagógica na Secretaria Municipal de Horizonte, atualmente como integrante da Coordenação do Ensino Fundamental Anos Finais. A experiência que adquiri nessa função contribuiu significativamente para minha carreira profissional, pois me instigou a buscar repostas para diversas inquietações que surgiram no decorrer da minha vida acadêmica e na vivência diária com professores, gestores e estudantes. Realizo acompanhamentos pedagógicos mensalmente às escolas e um dos questionamentos abordados com a gestão escolar e com os professores diz respeito ao processo de efetivação da Lei 10.639/2003. Esta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e introduz a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Ensino Básico públicos e privados.

Nesse processo de acompanhamento pedagógico às escolas, uma em específico despertou-me um interesse na investigação das contradições do racismo experienciadas no espaço escolar, nas possibilidades e impasses do processo de efetivação da Lei 10.639/2003.

Esta pesquisa, construída ao longo de minhas relações com a educação e com a comunidade de Alto Alegre e situada no espaço da Escola Olímpio Nogueira, surgiu com o desejo de perceber os desdobramentos da implantação da Lei 10.639/03 no currículo escolar e na transformação das relações étnico-raciais entre os estudantes e sua influência direta na comunidade quilombola. O período da pesquisa abrange o ciclo de (2008-2016), visto que foi preciso alcançar desde os primeiros estudos dos professores, a formação do Grupo de Trabalho composto pelos primeiros profissionais a pensar a temática no município, a posterior inclusão da disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e aos acompanhamentos pedagógicos.

A Lei 10.639/03 surge como uma política pública capaz de colaborar na ampliação do currículo, no fato da escola se dispor a cuidar da apropriação do conhecimento das origens de um Brasil negro, contudo, a exigência das novas Diretrizes Curriculares precisa de uma prática emancipadora, que desafie a homogeneização de alguns padrões educativos.

Assim, o que emancipa é o coletivo consciente e atuante, capaz de construir suas regras e demandas, e recriar um novo cenário a partir da realidade local. A partir da observação, do diálogo com a comunidade, percebi claramente a “segregação”, como parte da história que insiste em deixar o fato exposto através de uma “invisibilidade”, as desigualdades raciais e sociais e os complexos desdobramentos desse contexto excludente e desumano.

A pesquisa despertou-me uma maior curiosidade em relação a outras questões, não apresentadas a princípio, mas que são importantes para o processo de reconhecimento, ou não, da comunidade, enquanto possível remanescente de quilombo e todo movimento efervescente em que ocorria em todo Brasil em torno da Lei 10. 639/03.

A comunidade precisa conhecer e interpretar sua história, para que se aproprie dos processos emancipatórios. Assim, a escola, que se encontra inserida nessa realidade, pode mediar o diálogo entre teoria e prática, entre sujeito e objeto, considerando aqui a visão histórica e dialética.

A lei 10.639/03 e sua implementação na Escola Olímpio Nogueira foi o objeto de minha investigação e análise que teve como sujeitos a comunidade escolar e local. Foram avaliados coletivamente os seguintes aspectos: Implantação e efetivação da Lei 10.639/03, transformações ocorridas no currículo, no processo ensino-aprendizagem, cultura e desdobramentos nas práticas pedagógicas.

A presente pesquisa teve como objetivo geral investigar os desdobramentos das determinações da Lei no currículo da Escola e nas relações étnico-raciais da comunidade quilombola (2008-2016) e como específicos: a) verificar desdobramentos da implementação da lei na unidade escolar, b) identificar qual é a contribuição da formação continuidade para a ressignificação das práticas pedagógicas e de que forma estas tem desconstruído o preconceito racial e afirmado a cultura negra e a sua relação com o processo de autoafirmação étnico-racial dos educadores e estudantes da escola e a relação com a cultura local.

No intuito de tentar compreender como as relações étnico-raciais se estabelecem na Escola Olímpio Nogueira foram utilizadas a pesquisa de abordagem qualitativa com foco no aspecto bibliográfico e documental, em diálogo com os princípios da fenomenologia husserliana, a qual tece uma crítica ao naturalismo que desconsiderava a subjetividade como um elemento importante para se estudar os fatos naturais, posto que tratava estes como uma realida-

de única. Ao negar o objetivismo, o interior do sujeito é considerado, estabelecendo-se uma conexão entre as coisas em si e as ideias. As pesquisas de base qualitativa não estão preocupadas, primeiramente, com os princípios, generalizações ou testes exatos, mas sua atenção está direcionada à qualidade, ao que realmente possa ser interessante para o observador-investigador. Ao contrário da pesquisa quantitativa, que geralmente segue um projeto já estabelecido e rigoroso para a análise de dados, a pesquisa qualitativa é direcionada ao seu desenvolver; acrescenta-se a despreocupação em enumerar ou medir os eventos; e descarta instrumento estatístico para a compreensão dos dados.

Segundo Demo (2009, p.30), “a informação qualitativa é resultado da comunicação discutida, na qual o sujeito pode questionar o que diz, e o sujeito-objeto também”. O autor explica que a informação qualitativa é comunicativamente trabalhada e retrabalhada, para que duas condições sejam satisfeitas: a confiança que o entrevistado deve ter em relação do que falou e o ponto de vista do entrevistador, tendo a confiança de que obteve o que procurava ou de que realizou a proposta.

Na construção da metodologia, foram consideradas as características do objeto pesquisado e os objetivos pretendidos. Inicialmente houve um momento de sensibilização, interação e alinhamento do tema proposto e uma discussão acerca do planejamento das ações que seriam desenvolvidas na escola. Desde o início houve uma escuta qualificada para a valorização das diversas falas e posterior estudo, investigação, elaboração e produção.

Escolhi como tipo de pesquisa o estudo de caso. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

Entre os procedimentos utilizados encontra-se a pesquisa documental, já que foram realizadas análises do Projeto Político Pedagógico da escola estudada, da matriz curricular, bem como dos pareceres e das leis. Como instrumentos de coletas de dados foram realizadas 30 (trinta) entrevistas semiestruturadas, observações do espaço escolar, de reuniões com pais e das práticas pedagógicas, que são considerados adequados ao estudo de caso.

A observação, as entrevistas e a análise documental foram os procedimentos utilizados na coleta das informações. A pesquisa empírica foi desenvolvida priorizando um grupo de sujeitos: representação de estudantes dos anos finais do ensino fundamental, professores, pais e equipe gestora da referida instituição.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 12 (doze) estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental anos finais, na faixa etária de 11 a 15 anos, sendo 3(três) estudantes de cada série. Foram entrevistados 12 (doze) pais, 4 (quatro) professores, sendo dois do núcleo gestor (diretor e coordenadora pedagógica) e 2 (dois) funcionários da escola. Com relação aos professores optei também por realizar as observações com uma representação dos mesmos que ensinam no Ensino Fundamental Anos Finais. Decidi utilizar nomes fictícios para representar os sujeitos da pesquisa, escolhi palavras que indicam resistência e esperança para os professores e nomes de plantas africanas para os estudantes.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador.

Utilizei como técnica norteadora na interpretação dos dados qualitativos encontrados na pesquisa de campo, a análise de conteúdo. Do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo inicia pela leitura das falas, realizada por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos. Geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem. Esse conjunto analítico visa a dar consistência interna às operações (MINAYO, 2007).

Desde o início houve uma escuta qualificada para a valorização das diversas falas e posterior estudo, investigação, elaboração e produção. Para a efetivação do trabalho de campo, utilizei um caderno de anotações das observações dos momentos e uma entrevista que foi aplicada para as representações citadas acima.

Todo material selecionado foi submetido a um estudo, a partir do qual foi possível estabelecer um plano de leitura. Tratou-se de uma ação atenta e sistemática que se fez através de acompanhamentos de anotações. Outro aspecto importante foi à avaliação sistemática dos processos e resultados estabelecidos na pesquisa, permitindo uma permanente relação entre teórica e prática, a partir das múltiplas determinações que surgiram em seu contexto.

Para melhor organização desta pesquisa, dividi o mesmo da seguinte maneira: em uma introdução e três capítulos, nos quais apresento a fundamentação teórica, o itinerário metodológico e os resultados da pesquisa.

No **capítulo I**, discorro acerca das políticas e ações afirmativas da negritude brasileira, os caminhos da Lei 10.639/03 e sua relevância para a promoção da igualdade cultural na sociedade brasileira, no **capítulo II**, abordo o horizonte da negritude cearense, a comunidade de Alto Alegre e as relações étnicas raciais na escola Olímpio Nogueira e no **capítulo III**, contextualizo a formação docente e as práticas pedagógicas como horizonte no ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana.

1. POLÍTICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS DA NEGRITUDE BRASILEIRA: OS CAMINHOS DA LEI 10.639/03

O Brasil não é um país de relações raciais harmoniosas. Considerando nossa sociedade multirracial e multiétnica, profundamente marcada por desigualdades e contradições, ditas e não ditas, podemos observar que praticamente todos os campos da vida social brasileira são marcados por grandes diferenciais raciais. Portanto, o debate público e as iniciativas no campo das políticas de governo tem se intensificado para fazer frente a esse conjunto cada vez mais evidente de desigualdades. Neste contexto, a escola é eleita como locus privilegiado para possibilitar alterações nessa realidade

Na década de 1980, no Brasil, conforme mostra Medeiros (2005), ocorreu um momento de reorganização e mobilização do Movimento Negro brasileiro, o mito da democracia racial passa a ser denunciado e o poder público é pressionado para o enfrentamento da problemática racial. Nesse cenário de reivindicações, é promulgada a nova Constituição Federal, em 1988, que indica um reconhecimento da existência de um problema de discriminação racial, étnica e de gênero, e de restrições às pessoas com deficiência física no país, de modo que os debates em torno da inclusão de grupos raciais historicamente desfavorecidos e minorias étnicas no ensino superior, especialmente, passam a fazer parte das preocupações governamentais nos anos 1990.

As ações afirmativas no Brasil partem do conceito de equidade expresso na constituição, que significa tratar os desiguais de forma desigual, isto é, oferecer estímulos a todos àqueles que não tiveram igualdade de oportunidade devido à discriminação e racismo.

As reflexões sobre as políticas de ação afirmativa estão inseridas no debate sobre a realidade da população negra brasileira em que aparecem elementos que procuram justificar estas políticas e que tem o intuito de efetivar uma correção histórica das injustiças inferidas pelo Estado brasileiro em relação a sua população negra. Sobre as políticas afirmativas Ahyas Siss (2003) ressalta que

A opção política do Estado brasileiro, por tratar como iguais aqueles sujeitos coletivos, colocados social e politicamente em situação de desigualdade, essa recusa de se adotar entre nós políticas de discriminação positiva com base na raça ou cor dos segmentos populacionais, negativamente discriminados, conjugadas àquelas universalistas é uma marca distintiva de sociedades que classifica como híbridas e mestiças, porém conservadoras e extremamente autoritárias. (SISS, 2003, p. 110).

Ainda historicamente, houve no país um processo preparatório para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, de 2001, em Durban, na África do Sul, responsável por grande mobilização por parte do movimento negro e setores da sociedade civil reclamando o reconhecimento das desigualdades raciais do país e a necessidade de adoção de medidas pelo governo brasileiro.

A Lei 10.639/03 é uma política de ação afirmativa que visa à reparação, reconhecimento e valorização da identidade, cultura e história dos negros brasileiros. As ações afirmativas são definidas pelas Diretrizes como:

Conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória (BRASIL, 2004, p. 12).

Nesse contexto, temos a Lei como um importante avanço nesse sentido. Não somente a educação básica tem se valido da Lei como também o ensino superior. Observa-se que muitas instituições têm implementado políticas de ações afirmativas direcionadas aos negros. Lamentavelmente, ainda se constata certa resistência nos meios acadêmicos em dialogar com a Lei e os currículos dos cursos são os mais fechados às mudanças (GOMES, 2008).

A lei nº 10.639/2003 representa uma extensa caminhada de lutas, engajamentos e projeções de um segmento social atualmente denominado como Movimento Negro Organizado (MNO). No dia 9 de janeiro de 2003, o Presidente da República sancionou a Lei 10.639/03 alterando a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dar outras providências.

Como afirma Oliveira (2008):

Ela torna obrigatória, entre outras proposições, nos currículos escolares o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade brasileira. Penso que, à luz de uma história de 500 anos de Brasil, é um convite para repensar configurações naturalizadas pelo espírito cultural ocidental, que delineou a tônica do modo pelo qual fomos constituídos como civilização.

Destaca-se que a referida Lei sancionada em 2003 foi regulamentada em 2004, através do Parecer nº CNE/CP. 003/2004, aprovado em 10 de março de 2004, do Conselho Nacional

de Educação que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Africanas. Este documento se constituiu em uma referência pedagógica nos aspectos da formação docente, dos currículos, das práticas docentes e, especialmente, na sua proposição política de combate ao racismo e às discriminações raciais no âmbito dos sistemas de ensino. Em um de seus trechos, constatei que:

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 8).

É relevante ressaltar um entendimento de ampliar o foco dos currículos escolares, levando em conta a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Por isso, nesta perspectiva, cabe às escolas a inclusão no contexto dos estudos e atividades, proporcionando diariamente o conhecimento sobre as contribuições histórico-culturais do povo negro.

A Lei nº 10.639/03 surge para tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Essa lei altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e tem o objetivo de promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro. Desta forma, a lei constitui parte de um conjunto de ações afirmativas que surgiu após anos de luta das organizações sociais, em especial, do movimento negro. O seu surgimento contou com um trajeto histórico e político que organizou, paulatinamente, aquilo que entendemos hoje por Educação Étnico-racial. Assim, entre 1978 a 1988 muitos encontros foram realizados para discutir a educação dentro de uma perspectiva racial e seguindo uma lógica mais voltada à denúncia e aos diagnósticos.

É possível citar “O Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação”, lançado em 1978, que reivindicava, com veemência, a luta contra o racismo e a promulgação do dia da Consciência Negra. Em 1982, realizou-se a Conferência Brasileira de

Educação (CBN), cujo tema principal consistia em debater a discriminação no ensino. Isso resultou, é importante destacar, no apelo à criação de novos estudos e pesquisas sobre raça e educação nos cursos de pós-graduação. (SILVA; GONÇALVES, 2000)

A promulgação da Lei 10.639 que representou um marco nas políticas públicas educacionais, pois a Lei alterou os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96 – LDB) ao incluir o artigo 26-A, o qual torna obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes pública e particular do país. A Lei diz ainda que:

Art. 26- A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’. Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (SEED, 2005, p.15)

Gonçalves (2000, p. 51) aponta como aspecto relevante de fortalecimento da política pública o lançamento do Programa de Ação, organizado pelo Movimento Negro Unificado (MNU) em 1982, no qual propunha as seguintes mudanças: reestruturação curricular, realização de cursos de formação para professores e ampliação do acesso de estudantes negros a todos os níveis escolares por meio de bolsas.

Tais ações geraram debates sobre a temática repercutindo em várias instâncias como, por exemplo, em algumas secretarias municipais e estaduais de educação fazendo com que as mesmas incluíssem a disciplina de Africanidades em seus currículos.

Desta forma, surgia em alguns espaços à necessidade de implementação de políticas públicas que viabilizassem um verdadeiro debate sobre educação e raça estruturando um círculo produtivo: encontros e discussões, experiências comunitárias educativas e repercussões nas administrações públicas. A escola que é um palco de relevantes acontecimentos educativos abria suas portas e começava a realizar ações educativas de integração e reflexão sobre a

temática e atribuía sentido àquilo que se reivindicava, ou seja, a valorização das culturas afro-brasileira.

As Diretrizes Curriculares destacam o que o Brasil precisa para que, de fato, ofereça uma educação de qualidade. O Brasil, país multiétnico e pluricultural, de organizações escolares, em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico-racial a que pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhe são adversos. (BRASIL, 2004, p. 18).

Segundo Silva (2010, p. 39) o Conselho Nacional de Educação por meio do Parecer CNE/CP 3/2004 formulou importante política curricular, cujo objetivo é “educar para as relações étnico-raciais e éticas, a partir do reconhecimento e valorização da participação decisiva dos africanos e de seus descendentes na construção da nação brasileira, do respeito e divulgação de sua cultura e história.” Pondera a autora sobre o fato de que tal política curricular é uma “política de reparação pelos sérios danos que o racismo e as políticas de exclusão dos negros na sociedade brasileira vêm causando, há cinco séculos” (SILVA, 2010, p. 39).

Para compreender a necessidade de uma ação afirmativa, é preciso, antes de tudo, compreender o contexto social vivido por um país, por isso o que gera preconceito por parte de setores da sociedade em muitos casos é analisar uma ação afirmativa sem antes entender o histórico que precedeu a política pública.

A partir do Governo Lula deu-se início a políticas de ações afirmativas com a intenção de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de tratamento e de oportunidades. As ações afirmativas visam influenciar a política, a economia e a cultura com vistas a não só diminuir a desvantagem de um grupo étnico ou social como também de valorizá-lo culturalmente.

As ações afirmativas são de toda natureza, indo desde a decretação do feriado do Dia da Consciência Negra em Estados e Municípios até a instituição das cotas raciais nas universidades e nos concursos públicos. Destacamos aqui as mais importantes leis que criaram ações afirmativas no Brasil:

- Lei nº 10.639/2003 que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatória a inclusão no currículo da rede de ensino da “História e Cultura Africana e Afro-Brasileira”;

- Lei nº 10.678/2003 que criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR);
- Lei nº 11.096/2005 que criou o Programa Universidade para Todos – PROUNI, pelo qual o Governo Federal fornece bolsas de estudos para afrodescendentes nas universidades privadas;
- Decreto 4.886/2003 que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR);
- Decreto 4.885/03 que criou o Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial, órgão colegiado e consultivo da SEPPIR com a finalidade de propor e monitorar as políticas de promoção da Igualdade Racial;
- Decreto 4.887/03 que trata da regulamentação dos direitos humanos das comunidades negras rurais, remanescentes de quilombos;
- Decreto nº 6.872/2009 que aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir).

Vale ressaltar a relevância da criação da UNILAB (**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso- Afro-brasileira**) que é parte significativa deste novo movimento, fortemente marcado pela interiorização pelas lutas em prol de políticas afirmativas na educação superior brasileira e tendo como objetivo produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa – especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente – por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente.

No âmbito do Estado do Ceará, há uma Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR), vinculada ao Gabinete do Governador. É responsabilidade do CEPPIR, implantar a política de promoção em várias frentes, um trabalho essencialmente multidisciplinar e intersetorial.

O FIPIR, ligado à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), da Presidência da República, tem por objetivo promover uma ação continuada entre as três esferas de governo (federal, estaduais e municipais) com a finalidade de articulação, capacitação, planejamento, execução e monitoramento das ações para a implementação da política de promoção da igualdade racial.

O município de Horizonte está entre os municípios brasileiros que dispõe de unidade gestora de promoção de ações para a igualdade racial, fruto de convenio celebrado com a Secretaria Especial de Política Pública de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

A unidade gestora tem elaborado juntamente com a secretaria do governo municipal, ações sistemática nos setores de saúde, educação, assistência social, desporto e cultural que visam população, particularmente aos afrodescendentes, o acesso a serviços públicos e equipamentos sociais que tem contribuído para melhorar sua qualidade de vida.

O marco legal de Horizonte no tocante as políticas públicas registra movimentos importantes que vão desde a identificação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas do Alto Alegre, Criação da Associação Remanescentes Quilombolas de Alto Alegre-ARQUA-Certificado da Fundação Palmares, Assinatura do município de termo de adesão a Política de promoção racial, realização da 1ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial (2013), Implantação do NUPPIR (Núcleo de Promoção das Políticas de Igualdade Racial) e Implantação do Conselho Municipal de Promoção das Políticas de Igualdade racial. Outras ações afirmativas desenvolvidas no município são: Fórum Permanente, Projeto Memórias de Cazuza-(re) contanto infâncias, Projeto Lêbertando (Alfabetização para terceira idade).

2. HORIZONTE DA NEGRITUDE CEARENSE

O Ceará ficou conhecido como “Terra da Luz”. Essa denominação justifica-se em virtude de ter sido a primeira província do Brasil a libertar seus escravos. Segundo o Artigo 5º da Constituição Brasileira (1988, p.5): *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”*.

Analisando o termo “Terra da Luz” indago se realmente o estado do Ceará representa realmente uma reprodução de igualdade racial para um país que vive um preconceito social, econômico, retratando um passado tão vivo no cotidiano das pessoas.

Vivemos essa realidade e muitas vezes fantasiemos em nosso imaginário que ela não existe. Segundo Figueira Sampaio, *“o negro no Ceará era um íntimo de casa, um ente amigo da família a quem servia com humildade e sem constrangimento”*.

Por mais de três séculos, os negros trabalharam como escravos no Ceará realizando todo tipo de trabalho braçal, sendo explorando e discriminado. Eram vistos como mercadorias a serem negociadas e o valor variava de acordo com a idade, a força e a saúde dos negros.

Nesse período a escravidão era garantida por leis, que assegurava aos brancos o direito de ter escravos e de castigá-los quando achassem necessário. A reação dos negros ao processo de dominação dos brancos fez parte de todo esse período de escravidão, os mesmos lutavam por liberdade e começaram a organizar as fugas para os quilombos, lugar onde os escravos que conseguiam fugir se reuniam para respirar a tão sonhada liberdade.

No estado do Ceará muitos quilombos se formaram e representaram uma grande ameaça aos proprietários de terras que vendo seus interesses ameaçados por falta de mão-de-obra, reagiram imediatamente, através da formação de expedições armadas que tinham total apoio das autoridades portuguesas para agir na destruição dos quilombos. Diante das perseguições muitos quilombos foram destruídos.

É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação (SOUZA, 1983, p. 23).

Historicamente, durante esse período de lutas infatigáveis foram criadas leis que tinham como objetivo abolir progressivamente, a escravidão no Brasil, dentre elas podemos citar as seguintes: “Lei Eusébio de Queiroz” (1850) que tinha por finalidade proibir o tráfico

de escravos da África para o Brasil, “Lei do Ventre Livre” (1871), essa lei tornou livres os escravos nascidos após sua aprovação, “Lei dos Sexagenários” (1885), essa lei tornou livre os escravos que tivessem mais de 60 anos. Finalmente, no dia 13 de maio de 1888, o governo brasileiro aprovou a Lei Áurea, que colocou fim em quase 350 anos de escravidão no Brasil.

No que diz respeito ao estado do Ceará a abolição foi antecipada quando comparada a outros estados do Brasil. No dia 25 de março de 1884. O fato da antecipação se deu a partir do surgimento de várias organizações abolicionistas lideradas pela classe média emergente que realizava várias campanhas no intuito de ajudar a fuga de cativos. Vale ressaltar que em relação às demais províncias o Ceará era a que menos possuía escravos, pois eram traficados para os centros cacauzeiros, cafeeiro e açucareiro por bons preços.

Essa exploração foi, aos poucos, despertando repulsa entre os cearenses que iniciaram em Fortaleza, em 1879, um movimento emancipador denominado “Perseverança e Porvir”. Os primeiros abolicionistas foram José Amaral, José Teodorico da Costa, Antônio Cruz Saldanha, Alfredo Salgado, Joaquim José de Oliveira, José da Silva, Manoel Albano Filho, Antônio Martins Francisco Araújo, Antônio Soares Teixeira Júnior.

Em 1880, esses abolicionistas fundaram a Sociedade Libertadora Cearense com 225 sócios, cujo presidente provisório foi João Cordeiro. Para divulgar seus ideais, em 1881, fundaram o Jornal O Libertador.

As datas festejadas pelo município de Redenção foram marcantes no processo de libertação dos escravos. Em 25 de março de 1881, por exemplo, a Sociedade alforriou 35 escravos. Outra sociedade contribuiu para o movimento abolicionista. Tratou-se do Centro Abolicionista 25 de dezembro, fundado em 19 de dezembro de 1882. Dessa maneira, em 25 de março de 1884, foi abolida a escravidão no Ceará. Os jangadeiros cearenses também aderiram ao movimento abolicionista e, em janeiro de 1881, fecharam o porto de Fortaleza ao embarque de escravos. Eles eram liderados por Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar.

No dia 1º de janeiro de 1883, a Vila do Acarape, atual Redenção, emancipou seus escravos há menos de um ano antes da província do Ceará. O povo redencionista guarda na memória o gesto heroico de ter libertado seus 116 escravos. Assim, Redenção é conhecida como Rosal da Liberdade.

Neste sentido percebe-se que é relevante colocar em prática um processo de desconstrução de paradigmas e conceitos discriminatórios existentes consciente ou inconscientemente no imaginário de nossa população e encontrados nos diferentes espaços sociais, como o ambiente familiar, a escola e o mundo do trabalho.

Com a implementação do artigo no. 68, no ADCT, com o fim da escravidão no Brasil, diversas comunidades quilombolas espalhadas por todo o país, saíram da invisibilidade social a qual viviam e começaram a reivindicar seus direitos, criando associações locais e nacionais com objetivo de ampliar as vozes em defesa da população.

A perspectiva histórica de afirmação da cultura negra no Ceará perpassa pelo reconhecimento dos quilombos, a presença do negro no Ceará, desde os quilombos tradicionais, ou “quilombo-rompimento”, de acordo com a conceituação atual (SILVA, 2003) e aos quilombos abolicionistas do século XIX, este, produto de construção social mais ampla, com forte atuação e resistência, inseridas em uma luta contra as desigualdades a serem superadas.

A definição de quilombo foi alimentada pelos movimentos negros pela necessidade de auto-reconhecimento da negritude da população negra, entendendo o conceito de negritude como cultura e história de um povo numa dimensão social. O dilema para os africanos e negros da diáspora, assevera Franz Fanon, deixou de ser "embranquecer ou desaparecer". Até essa época consideravam-se positivo apenas, os modelos culturais brancos que vinham da Europa.

Para rejeitar esse processo de alienação, os protagonistas da ideologia da negritude passaram a resgatar e a enaltecer os valores e símbolos culturais de matriz africana. Um fator importante da luta desses povos estava em preservar sua cultura. Vivendo em senzalas, eram proibidos de se falarem. A cultura e as histórias que se perpetuavam pela tradição oral foram se perdendo pelo tempo. Mantê-los em silêncio seria uma forma de evitar que os cativos se rebelassem quanto a permanecer naquelas condições ou mesmo que arquitetassem planos de fuga para os quilombos, esconderijos distantes da casa grande, onde se refugiavam.

O Estado do Ceará possui até o momento 42 (quarenta e duas) comunidades reconhecidas e certificadas por esta mesma fundação. Atualmente, a condição quilombola para efeito de reconhecimento para os institutos fundiários é determinada pela declaração da comunidade levando em conta aspectos históricos, culturais, econômicos e a demarcação de suas terras é feita de acordo com os critérios estabelecidos pela comunidade.

De acordo com Gonçalves & Silva (2004)

Uma forma de respeitar as matizes étnicos raciais e de contribuir para um real processo de democratização, que precisa ser vivenciado no Brasil, é avivar, na nossa lembrança de brasileiros, as individualidades históricas e culturais das populações que deram ao Brasil afeição que lhe é própria.

Nesse universo, atualmente há um cenário novo no tocante aos remanescentes quilombolas que exigem seus direitos e afirmam suas identidades étnicas. Dentre as comunidades existentes no Ceará, a comunidade de Alto Alegre é uma localidade existente no Distrito de Queimadas, município de Horizonte, que já foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, em 2005, como remanescente de quilombo.

2004			
Nº DE ORDEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DATA – PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
01	ÁGUA PRETA	TURURU	10/12/2004
02	CONCEIÇÃO DOS CAETANOS	TURURU	10/12/2004
2005			
Nº DE ORDEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DATA – PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
01	ALTO ALEGRE	HORIZONTE	08/06/2005
02	LAGOA DO RAMO	AQUIRAZ	06/12/2005
03	QUEIMADAS	CRATÉUS	30/09/2005
04	SOUZA	PORTEIRAS	19/04/2005
2006			
Nº DE ORDEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DATA – PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
01	BASE E ADJACÊNCIAS, COMPREENDO AS COMUNIDADE CAETANA E RETIRO	PACAJUS	07/06/2006
02	CONSCIÊNCIA NEGRA	TAUÁ	13/12/2006
03	CROATÁ	QUITERIANÓPOLIS	13/12/2006
04	ENCANTADOS DE BOM JARDIM	TAMBORIL	13/12/2006
05	FIDELIS	QUITERIANÓPOLIS	13/12/2006
06	GAVIÃO	QUITERIANÓPOLIS	13/12/2006
07	TIMBAÚBA	COREAÚ E MORAÚJO	13/12/2006
2007			
Nº DE ORDEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DATA – PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
01	LAGOA DAS PEDRAS	TAMBORIL	02/03/2007
02	TORRES	TAMBORIL	16/05/2007

Tabela 1 – Comunidades Quilombolas no Ceará
 Fonte: http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=CE

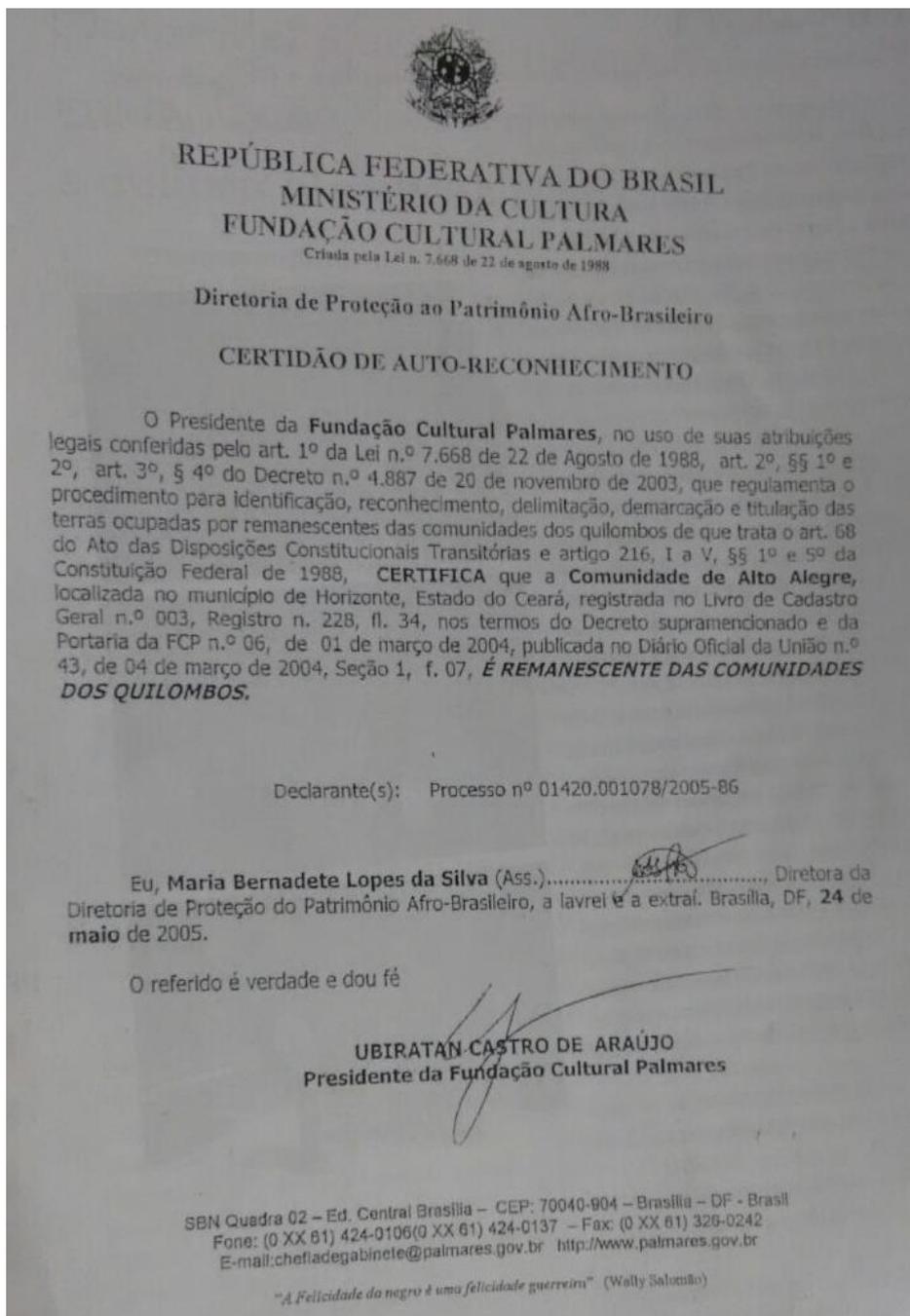


Imagem 1 - Foto do documento de reconhecimento da Comunidade Quilombola Alto Alegre
 Fonte: Acervo ARQUA

Após o reconhecimento, a Comunidade de Alto Alegre encontra-se na constituição de um processo identitário. Processo que se caracteriza pela história de um povo que na sua grande maioria é descendente de negro e trabalhadores rurais. São pessoas que hoje reivindicam seus direitos. Essa importância do reconhecimento foi abordada em uma entrevista como a mãe do estudante Baobá, que é líder na comunidade e realiza um trabalho na ARQUA, segue abaixo relatos da entrevista:

Nasci na comunidade de Alto Alegre, sou mãe de um estudante da escola Olímpio Nogueira e venho acompanhando as mudanças que ocorreram na comunidade desde o reconhecimento e posso dizer o quanto foi importante para todos nós que moramos aqui. Com o reconhecimento veio cursos para as mulheres de corte e costura que ajudaram muitas a conseguirem emprego e outras começaram a fazer as bonecas, que são uma atração na comunidade e que ajudam na renda familiar.

Foi uma realização, um sonho. Não imaginava que o reconhecimento pudesse dar tanta visibilidade a comunidade. Estamos mais organizados através da associação e hoje buscamos nossos direitos. Hoje a escola Olímpio Nogueira representa um espaço de integração e educação para todos nós.

2.1 A COMUNIDADE DE ALTO ALEGRE E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A política de promoção da igualdade racial no Brasil é muito recente, só a partir dos últimos governos vem assumindo novas dimensões. Sensível a essa política de modo particular, o município de Horizonte, através da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, constituiu o Núcleo de Promoção das Políticas de Igualdade Racial (NUPPIrH), como fomento da história e identidade quilombola de Horizonte.

Os Quilombos são de vital importância na estruturação da cultura brasileira. São espaço do cultivo da terra para a sobrevivência e também da continuidade de um modo de vida original, rico e diverso, reconhecido mundialmente. Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal asseguram aos quilombolas o direito à preservação da própria cultura e do seu patrimônio imaterial.

A garantia constitucional do reconhecimento de seus territórios é, portanto, fundamental para a manutenção desta trajetória de resistência. Acrescente-se, ainda, que o disposto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina que cabe ao Estado garantir a propriedade dos ocupantes das terras remanescentes dos quilombos. A CNBB, fundada na norma constitucional, insiste no respeito a estes dispositivos legais que garantem a tradição quilombola ligada à posse e a propriedade da terra. Os territórios quilombolas sustentam a memória cultural, a identidade étnica e são o princípio de uma existência cidadã.

A comunidade de Alto Alegre pertence ao Distrito de Queimadas, situada ao lado do atual canal do trabalhador e é formada por 820 famílias, tendo aproximadamente 1.814 pessoas, que enfrentam diversos problemas sociais, dentre eles, o desemprego. As famílias vivem

na maioria da agricultura. Outra atividade econômica realizada atualmente pela comunidade é a lavagem de sacos de plásticos utilizados para reciclagem.

Segundo relatam os moradores mais antigos da região, a história da comunidade surgiu com a fuga do escravo Negro Cazuzza de um navio ancorado na Barra do Ceará, no final do século XIX, seguindo em direção ao interior do Estado. Alguns dias depois, chegou a Alto Alegre, onde firmou raízes. Seus descendentes foram, então, povoando a área e, atualmente, as famílias já é a quinta geração de quilombolas vivendo na região.

Embora não se tenha uma data precisa de quando a comunidade passou a ser chamada de Alto Alegre, segundo Ednaldo da Silva, morador da comunidade quilombola, o nome Alto Alegre deriva de festas que aconteciam na comunidade.

A luta dos moradores de Alto Alegre por seus direitos históricos é um exemplo da trajetória das comunidades quilombolas em todo o país. Os quilombos eram as comunidades formadas por negros que fugiam da escravidão durante a Colônia (1500-1822) e a monarquia (1822-1889), até finais do século XIX.

A Constituição de 1988, batizada como Constituição Cidadã, reconheceu o direito que as comunidades remanescentes de quilombos têm sobre suas terras. A consagração oficial desses direitos começa com o reconhecimento outorgado pela governamental Fundação Cultural Palmares, que registrou 3.524 quilombos no Brasil, apesar de que algumas fontes indicam que devem existir mais de 5.000 comunidades quilombolas no país

A comunidade de Alto Alegre foi reconhecida definitivamente como área quilombola no dia 15 de fevereiro de 2012 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sete anos depois que a Fundação Cultural Palmares o fez. A partir do reconhecimento pelo INCRA, será dado início ao processo de regularização das terras. "Depois do reconhecimento, nos tornamos muito mais fortes. Todos estão orgulhosos de sua origem", afirma Francisco Haroldo da Silva, presidente da Arqua. Marco importante para a aplicação de políticas públicas afirmativas, entre elas a aplicação da lei 10.639/03.

Seu Cirino Agostinho da Silva, bisneto de Cazuzza-homem que formou o quilombo onde mora um dos moradores mais antigos da região revelou que teve que esperar quase uma vida inteira para se reconhecer como quilombola. Segundo o mesmo: "*Antes e tinha medo de falar com as pessoas de fora (da comunidade), tinha uma vergonha de mim.*". A mudança, segundo ele, veio quando descobriu o valor do negro, quando conseguiu enxergar nas crianças quilombolas um sentimento de pertencimento ao local.

De fato, a comunidade vive um período de grande efervescência, contando com o apoio de diversos organismos. A nova sede da Associação foi inaugurada em 2011 com recursos do estatal Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Com a nova sede, reforçaram-se as ações sociais, educativas e culturais na comunidade, contribuindo para avançar no resgate e na afirmação da identidade.

Como resultado da luta histórica de seus habitantes por seus direitos, a comunidade de Alto Alegre tornou-se cada vez mais um reflexo da mobilização dos afrodescendentes no país. A preocupação com a educação, com o futuro das crianças e adolescentes é um dos eixos dessa mobilização em Alto Alegre.

Um dos projetos em curso na comunidade na área educacional é a "Hora do Jogo". O projeto é patrocinado pelo Fundo Juntos pela Educação, formado pelo Instituto Arcor Brasil e pelo Instituto C&A, coordenado pelo não governamental Instituto da Infância, à Hora do Jogo utiliza vários jogos como ferramenta de aprendizagem: o lúdico como caminho para a construção do conhecimento.

Depois de participar no projeto, as crianças da comunidade de Alto Alegre viram sua autoestima bem fortalecida, são mais desinibidos e se expressam com mais tranquilidade", conta a professora de História, Cícera Erlândia da Silva, coordenadora de Programas e Projetos Educacionais da Secretaria Municipal de Educação. Para ilustrar essa afirmação, a professora ressalta:

As crianças e adolescentes de Alto Alegre passaram a apresentar programas na rádio comunitária Raízes do Quilombo e na emissora de rádio FM de Horizonte. "No diagnóstico inicial sobre a comunidade, observou-se a dificuldade de muitos jovens em assumir sua própria identidade. Agora, com o reconhecimento do quilombo e com os projetos na comunidade, como à Hora do Jogo, percebemos uma mudança muito positiva.

O envolvimento dos estudantes é muito significativo, eles esperam ansiosos pelo momento de participação. O projeto representa uma oportunidade de afirmação da identidade, de valorização da cultura local. Perceber a autonomia dos estudantes nos faz ter certeza de que estamos no caminho certo e que ações como esta devem ser cada vez mais fomentadas.



Imagem 2 - Atividade do Projeto A Hora do Jogo
Fonte: Acervo da SMEH



Imagem 3 - Atividade realizada na ARQUA
Fonte: Acervo da SMEH



Imagem 4 - Coordenadora da ARQUA-Chá de memórias
Fonte: Acervo da SMEH

Um ícone do fortalecimento da identidade cultural local é a produção artesanal da comunidade, especialmente de suas mulheres. As bonecas negras, confeccionadas pelas moradoras, são um dos principais produtos. Em agosto de 2015, as bonecas foram exibidas com destaque no Centro de Artesanato do Ceará (Ceart), o principal espaço de exibição e comercialização de produtos artesanais do Estado situados na capital, Fortaleza. *"hoje, me sinto muito*

orgulhosa da comunidade, porque sei o valor que temos”, diz a mãe do estudante Guandu, uma das participantes na oficina de confecção de bonecas da Arqua.



Imagem 5 - Bonequeira da comunidade de Alto Alegre
Fonte: Acervo da SMEH



Imagem 6 - Mulheres quilombolas- bonequeiras da Comunidade de Alto Alegre reunidas
Fonte: Acervo da SMEH

No decorrer das entrevistas que realizei com os pais dos estudantes que moram na comunidade pude também ouvi-los sobre seus relatos e o sobre o conhecimento de Lei 10 639/03, escutei atentamente a cada história de vida, na realidade foram muitos aprendizados. As vivências, as memórias resgatadas, as lendas, as tradições, o desejo de respeito e igualdade, todos esses sentimentos juntos e misturados em um contexto real. Confesso que foi muito mais que uma pesquisa, foi realmente uma vivência que me fez retomar a consciência da ri-

queza guardada nas paisagens e nas memórias dos cidadãos de Alto Alegre, quilombo situado no município de Horizonte, no Ceará.

2.2 A LEI No. 10.639/03 E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA OLÍMPIO NOGUEIRA

Vivemos que um país onde existe uma crença profundamente arraigada de que por essas terras não existe preconceito de cor, o esforço de sensibilização a respeito desse problema social deve passar necessariamente por uma reflexão a respeito dos entraves ideológicos que nos impedem de ver aquilo que está à nossa frente. Mesmo que pesquisas acerca da questão racial no Brasil demonstrem que estamos muito longe de vivenciarmos a nossa tão cultuada democracia racial, ainda continuamos persistindo nessa imagem.

De acordo com Conceição (2008), a obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, traz à tona uma ampla responsabilidade envolvendo governos, instituições, formação e planejamento educacional, tornando-se, assim, um importante passo na fomentação de políticas de ensino e currículo, sendo possível uma relevante contribuição para um novo perfil da educação étnica no Brasil e, de modo mais preciso do ensino de História.

Não se pode ignorar que embora a aprovação da lei não seja garantia de superação de parte dessas questões, é sim uma perspectiva relevante no enfrentamento da histórica realidade de silenciamento das políticas curriculares, em particular da história escolar, acerca da história do negro no Brasil e, de uma educação étnica. Contudo algumas indagações precisam ser feitas. Entre elas, com que empenho os historiadores-professores contribuirão com a construção de outra cultura de ensino de História no tocante a historiografia do negro? Em que medida esses profissionais estarão em condições teóricas para resignificar o programa curricular e os conteúdos historiográficos no âmbito do ensino-aprendizagem? (CONCEIÇÃO, 2008, p.08)

Acerca dos PCN's, acertadamente Souza (2001, p. 39-63) salienta que este texto legal reconhece a “complexidade que envolve a problemática social, cultural e étnica”, sendo a escola um espaço fundamental para a formação de “identidades” e a “valorização da alteridade como elemento constitutivo do Eu”, pois o espaço escolar era (é) o lugar onde ocorre a “convivência entre estudantes de origens diferentes, com costumes [culturais] e dogmas religiosos diferentes”.

Souza (2001) salienta também que, entre suas propostas educacionais, colocava-se a necessidade de “tratar do campo ético, de como desenvolver no cotidiano, atitudes e valores voltados para formação de novos comportamentos”, para um determinado grupo social, ou seja, “àqueles que historicamente foram alvos de injustiças”, a exemplo do que ocorreu (e ocorre) com a população negra.

Como exposto a partir das pautas colocadas ativamente pelos movimentos sociais negros contemporâneos da década 80, passou a debater publicamente, destacando o padrão hegemônico europeu presente nas práticas escolares; e, também eram propostas mudanças nos currículos escolares, que foram inseridos nos dispositivos legais promulgados nos anos de 1980 e 1990, e que, de maneira limitada, contemplaram o tema das relações raciais na educação.

No início do século XXI, com a aprovação da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade da temática da Educação das Relações Étnico-raciais, da História da África e da Cultura Afro-brasileira, a serem incluídas na Educação Básica, visando efetivar as determinações legais presentes no artigo 26 da LDB/1996. Todavia, ainda são muitos os desafios a serem superados para que esta lei seja implementada com qualidade em todas as escolas brasileiras.

A implantação da lei 10.639/03 está pautada em uma política pública que se propõe a combater o racismo arraigado no seio de nosso país que afeta diretamente a população negra. Tal política pública surge da necessidade do Estado buscar medidas que combata o racismo e toda e tipo de discriminação e seja capaz de gerar em âmbito educacional condições de igualdade, respeito e valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro.

No dia 10 de março de 2004, a fim de regulamentar a Lei, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer 003/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O Parecer propõe uma série de ações pedagógicas para o conjunto da escola, visando à implementação da Lei.

Um dos principais argumentos apresentado pelo Parecer está relacionado à necessidade da instituição de ações, por parte do Estado e da sociedade, que visem a reparar os danos sofridos pelos afrodescendentes brasileiros em virtude da escravidão. Percebe-se, no entanto, que uma das principais justificativas à necessidade da nova legislação educacional, segundo o parecer, é a necessidade de reconhecimento e valorização da história, da cultura e da contribuição dos negros na sociedade brasileira, visando desconstruir o mito da democracia racial brasileira.

Ensinar a História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira, não é uma decisão pessoal, mas sim, uma questão curricular de caráter obrigatório que envolve toda a comunidade esco-

lar, não apenas como instrumento de orientação para o combate à discriminação, mas também, como leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como um espaço de formação de cidadãos e afirmam a relevância de que a escola deve promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil um país rico, múltiplo e plural que somos. Para avançar na direção da constituição de relações sociais justas e igualitárias, a educação, necessariamente necessita desvelar e superar as ideologias de dominação fundadoras da realidade brasileira, entre elas, a ideologia de superioridade racial. Nessa perspectiva, a maioria dos professores, quando perguntados se a formação sobre a temática étnico-racial contribuiu para a implementação da Lei e como estratégia para capacitar os professores para lidar com a diversidade presente nas salas de aula:

Professor Força: Eu creio que sim. Acredito que é uma forma de disseminar tanto a lei, quanto todo conteúdo. Fazer com que as pessoas tenham acesso a isso de uma forma mais clara e sem dúvida, foi essencial para que os professores pudessem contribuir para a construção das matrizes curriculares.

Professor Negritude: Sim e não só na formação dos professores. A abordagem dessa temática ela deve seguir em toda a vida e em todo o período de formação do professor. Sem a formação teríamos muita dificuldade para colocar em prática a disciplina e desenvolver as ações propostas.

Professor Valor: Com certeza, por que os professores irão trabalhar com os alunos que são provenientes de várias culturas, de várias raças e é importante ter essa formação pra que saiba valorizar isso em cada aluno e tornar as aulas mais dinâmicas e contextualizadas. Todos nós aprendemos nessa caminhada de oito anos.

É oportuno observar que os entrevistados demonstraram conhecer a lei e enxergar nela uma forma de capacitar os futuros professores para uma educação, que com a globalização, se mostra cada vez mais multicultural, promovendo a inserção desta cultura, que a muito se mostra esquecida (TARDIF, 2008)

O preconceito e a discriminação existem tanto na sociedade quanto na escola, que por sua vez são mascarados e naturalizados e um exemplo que pode ser destacado refere-se aos livros didáticos, ao qual causam danos à imagem do negro ajudando a desconstruir a identidade étnico-racial. Um dos temas mais discutidos na atualidade no que se refere à questão afro-brasileira é a inserção no currículo escolar do estudo da História e cultura afro-brasileira, através da Lei 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do ensino da História

e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares, já havendo também a alteração desta pela lei 11.645/08 que também coloca o ensino da História e Cultura dos povos originários das Américas, erroneamente batizados de indígenas, nas escolas do país, visando ao resgate da autoestima, valorização e respeito à diversidade étnico-racial e cultural existente em nosso país, principalmente buscando diminuir uma dívida histórica de nosso país para com as populações marginalizadas ao longo do processo histórico de formação da sociedade brasileira, ou seja, os povos negros e indígenas.

Considerando, a necessidade do multiculturalismo na educação, “e o conjunto de documentos dos Temas Transversais, destacando a Pluralidade Cultural” (BRASIL, p. 44, 1997), temos como aspectos positivos trabalhar em diferentes disciplinas curriculares a história e a cultura Afro-brasileira e Africana, levando em consideração o que se destaca no presente parecer:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico- raciais tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares.

O Sistema de Ensino de Horizonte é composto por 14 centros de Educação Infantil e 29 escolas de Ensino Fundamental atendendo a 11.018 crianças e adolescentes e um Centro de educação de Jovens e adultos atendendo a 205 estudantes. Das instituições citadas, 04 estão situadas em áreas remanescentes de quilombo. O território quilombola compreende as comunidades de Cajueiro da Malhada, Alto Alegre, Alto da Boa Vista e Vila Nova, situados no distrito de Queimadas.

A escola Olímpio Nogueira Lopes, situada numa área de Remanescentes de Quilombolas, fica a 3 km da sede do município de Horizonte, na comunidade de Alto Alegre, fundada em 31 de dezembro de 1996, na gestão de Manoel Gomes de Farias Neto e no governo Tasso Ribeiro Jereissati. Ela é beneficiada com uma associação (ARQUA), Centro de Educação Infantil, Posto de Saúde, Centro Cultural Quilombola, CRAS Quilombola.

A escola é responsável pela oferta da Educação Básica, nos níveis Fundamental I e Fundamental II. Localizada na Rua Raimundo Nogueira Lopes, 1083 - no Bairro Alto Alegre. Atende o Ensino Fundamental de 1º a 9º ano no período vespertino. Atualmente possui 460

estudantes matriculados, oriundos predominantemente do Distrito de Queimadas, zona rural do município de Horizonte, atendendo estudantes negros de remanescentes quilombolas e não negros.

Por ser um município industrializado, as ofertas de empregos acarretam migrações de pessoas de outros municípios e com isso outros valores, outros comportamentos e até familiares que se desagregam. Essa dinâmica familiar reflete na escola, colocando nossas crianças e adolescente em situações de vulnerabilidade social.

Essa comunidade já conviveu com muito preconceito por causa de suas origens. Atualmente as pessoas da comunidade reivindicam seus direitos e lutam constantemente para romper qualquer tipo de preconceito que ainda exista. Os estudantes já se envolvem em projetos como Hora do Jogo que trata da resiliência como meta importante a ser atingida. Também participam dos programas oferecidos no Centro Culturais Quilombola, no CRAS Quilombola, Banda Marcial, Banda Afroalegre, esporte e outros.



Imagem 7 - Banda Afroalegre
Fonte: Acervo ARQUA

A escola encontra-se inserida na zona rural. A economia é bastante diversificada: ainda existem pequenos agricultores; pequenos comerciantes; a avicultura somente de subsistência, alguns ainda se arriscam a pesca num açude desse mesmo distrito, mas a principal fonte de renda vem dos empregos gerados pelas empresas como: Vulcabrás, Vicunha, Rigesa, Santana Têxtil entre outras.

Diante da contextualização realizada acima, a implementação da Lei 10.639/03 na práxis educacional da EMEF Olímpio Nogueira representou uma possibilidade real de rompimento de alguns paradigmas. A inserção da disciplina História e Cultura Afro-brasileira e Africana surge como uma resposta a um desejo que a comunidade do Alto Alegre almejava:

uma possibilidade real do conhecimento cultural e histórico refletido pelos estudantes e fazendo parte do cotidiano da escola, possibilitando o direito a uma Educação que avance para além do currículo pré- estabelecido, capaz de dialogar com sua realidade e promover a afirmação de sua identidade e combate ao preconceito racial.

De acordo com Soares:

A realidade cotidiana é um mundo compartilhado com outros indivíduos. Nela, a existência é marcada pela interação e comunicação com os outros. Embora suas perspectivas não sejam idênticas (em termos de projetos, expectativas, experiências), estes indivíduos habitam um mundo comum. (2002, p, 25),

No estudo de caso em questão foi possível perfazer o percurso de doze meses pelo universo plural da escola em que foi observada de forma processual a relação político-pedagógica entre professores, estudantes, pais e gestão escolar, como também o que os estudantes pensam da questão racial vivenciada no cotidiano escolar e suas implicações com os outros sujeitos.

No processo de investigação da pesquisa realizada na Escola Olímpio Nogueira foi possível identificar que a instituição buscou desenvolver ações articuladas, tanto no Projeto Político Pedagógico quanto no coletivo de professores e comunidade escolar, as quais traduzem uma aproximação aos preceitos da lei.

As entrevistas foram realizadas no espaço da escola em horário combinado com os entrevistados. Utilizei entrevista semiestruturada, tendo em vista uma abordagem que gerasse profundidade para o nosso objeto de estudo. O roteiro abordou questões previamente elaboradas, apresentando objetivos que puderam ser alcançados no decorrer das entrevistas.

Na ocasião da realização das entrevistas, as perguntas foram direcionadas a partir de inquietações que pudessem me ajudar a responder e compreender como professores, estudantes, pais e núcleo gestor concebiam a Lei 10.639/03 e os desdobramentos da mesma na comunidade escolar. Para tanto, elenquei um quantitativo de dez questões que objetivaram explorar elementos relacionados à nossa proposta de estudo.

A entrevista com o Núcleo Gestor significou a oportunidade de aprofundar as reflexões a respeito da educação das relações étnico-raciais, no que diz respeito à percepção do educador com relação a esta temática. Embora os mesmos se considerassem de pertencimento racial negro, disse que isso nunca lhe causou problemas nas suas relações sociais. Ainda que seus maiores dilemas no cotidiano escolar digam respeito às relações afetivas e não raciais.

Conforme o depoimento do núcleo gestor, no período em que estive acompanhando as atividades da escola, percebi que realmente os mesmos desenvolvem um trabalho de gestão participativa e de coordenação com muita propriedade e interligada com a linha de trabalho do PPP. A escola também busca envolver a comunidade em todas as atividades da escola, sempre valorizando a cultura local. Com relação ao seu poder de articulação com os professores pude presenciar que é intenso e constante. Acompanhei algumas reuniões dirigidas pelos mesmos e perceber que havia muita clareza e objetividade nos seus propósitos.

Pude realizar observações das aulas e perceber o envolvimento dos estudantes nas temáticas abordadas pelos professores de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, as relações e compreensão entre os estudantes quilombolas e os não quilombolas e as práticas pedagógicas que foram se estabelecem no decorrer do processo de observação que estabeleci com a escola.

Com esse procedimento me limitei a acompanhar a rotina da sala de aula sem interferência no trabalho do professor e a observar o cotidiano da escola principalmente na forma como os docentes lidam com conceitos discriminatórios. Percebi que professores e estudantes estão em contato com os estudos sobre a África e o Brasil e que utilizam a Coletânea de Textos (material elaborados pelos professores para nortear os conteúdos da disciplina) e a constituição de seus povos e sua cultura, um novo currículo, vivo embasado numa nova concepção de educação, pautada no respeito e promoção da igualdade étnica, cultural e racial. Pontuo algumas falas dos estudantes sobre as atividades desenvolvidas;

A professora sempre traz um texto atual ou até de um livro que ela tem. Mas o melhor são as rodas de conversa depois, pois em equipes podemos falar um pouco sobre o que entendemos. A aula de hoje foi sobre a discriminação e exclusão dos afrodescendentes. Eu nem entendia o que era afrodescendente. (Estudante Guandu)

Gosto das aulas, mas o que eu gosto mesmo é dos ensaios do teatro e quando tem capoeira à tarde. Aí, sim. Eu não falto. Passo muito tempo na escola, moro perto. Também acho legal estudar as músicas afro-brasileiras. Fizemos até alguns instrumentos e foi muito divertido. Acho que essas aulas me ajudam a gostar até de estudar. (Estudante Café)



Imagem 8 - Atividade de construção de instrumentos musicais
Fonte: Acervo da escola



Imagem 9 - Atividade em sala de aula
Fonte: Acervo da escola

Nas entrevistas realizadas com os professores de História e Cultura Afro-brasileira e Africana do Ensino Fundamental, pude extrair algumas percepções a partir das respostas obtidas, entre elas que a implementação da Lei 10.639/03 vem ocorrendo de forma articulada em integração com professores, estudantes e que apesar do aspecto positivo das ações ainda há dificuldades apontadas pelos professores e pais, na compreensão das funções realizadas por cada grupo citado, para que possa haver uma unidade de trabalho. Segundo os mesmos:

Depois que iniciamos as formações e tivemos o apoio da Secretaria, podemos trabalhar de forma para coerente e consciente e nossas práticas pedagógicas começaram a mudar. Inclusive vários elementos que muitas vezes eram discriminados, principalmente no que diz respeito à religiosidade, seja de matrizes africanas, indígenas ou mistas, contudo muito ainda havia de ser realizado para desconstruir paradigmas preconceituosos enraizados no imaginário da população.

Apesar de fazer o possível para colocar em prática o que aprendo nas formações sei que a luta é diária, que cada um precisa fazer a sua parte no combate ao racismo e quanto algumas ações de alguns estudantes ainda são preconceituosas, penso que as reflexões que estimulo nas aulas vai ajudando a melhorar.

Outro aspecto identificado é que a escola tem se preocupado em estudar e conhecer a Lei, promovendo momentos de estudos e atualização do seu corpo docente nos planejamentos coletivos. Sobre as mudanças ocorridas nas práticas pedagógicas dos professores da referida escola, o núcleo gestor afirma:

As transformações já podem ser observadas. Podemos afirmar que essa transformação está ocorrendo de maneira que às vezes nem o corpo docente percebe, porque ele é fruto também da sociedade. A gente não pode esquecer, às vezes eu mesmo esqueço que nós, professores, somos fruto da sociedade lá fora.

Até pouco tempo atrás tínhamos aulas mais tradicionais, dentro do espaço da sala de aula e que não alcançava diretamente os estudantes, digo com relação à cultura local e hábitos, pois até os professores não sabiam. Todo mundo precisa olhar para a comunidade de forma mais profunda e valorizá-las ainda mais.

As formações ajudaram muito. Hoje o município tem uma história no que diz respeito ao trabalho com a História e Cultura Afro-brasileira e Africana. É claro que também ajudou aos professores a planejarem aulas mais dinâmicas, trazendo para a realidade dos estudantes.

Vale ressaltar que os professores participam de formação continuada oferecida pela secretaria municipal, onde os mesmos planejam debate e refletem sobre a temática da Africanidades. Em diversas falas dos mesmos, predomina a convicção de que a formação continuada foi e é relevante para o trabalho com a História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

De acordo com Tardif só a partir da formação de professores capacitados a criar, levantar possibilidades, inventar novas situações de aprendizagem em sala de aula, é que poderá ser desenvolvido um processo escolar de educação consoante com a realidade sociocultural brasileira. (2001, p.45)

Nesse sentido, a fala da professora Liberdade afirma a ideia defendida pelo autor, segundo a mesma as formações continuadas mudaram o seu olhar sobre a África e sobre as culturas. O relato abaixo faz referência ao fato:

Antes, meu imaginário refletia a África totalmente distorcida, distante da realidade. Descobri que aqueles povos têm muita riqueza de cultura e que muitas vezes criamos falsas ilusões por desconhecimento. No curso senti a necessidade de conhecer mais de perto o Continente.

A formação para mim é momento de troca, de socialização. Ouvi como os outros professores trabalham e as sugestões que surgem na formação faz todo diferencial. Não poderia ser diferente, pois mesmo que as orientações estejam nas Diretrizes, fica muito na teoria. Preciso muito da prática, de como tornar o conteúdo algo próximo da realidade dos estudantes.

As mudanças identificadas nos estudantes diz respeito à interação social, respeito às diferenças e repúdio às desigualdades e a posturas. Percebe-se que após a implementação da Lei 10.639/03 os mesmos já tinham mudado um pouco suas concepções acerca da pluralidade cultural, vários elementos que muitas vezes eram discriminados, principalmente no que diz respeito à religiosidade, seja de matrizes africanas, indígenas ou mistas, contudo muito ainda havia de ser realizado para desconstruir paradigmas preconceituosos enraizados no imaginário da população mediante uma educação europeizada que procurou justificar a escravização e extermínio de populações africanas e indígenas, educação esta que se tornou secular e que ainda prevalece em grande maioria das instituições de ensino do país.

Enquanto isso, Gomes (2004) defende que:

À escola como espaço de sociabilidade constitui-se em um local privilegiado para a superação dos conflitos e preconceitos raciais. Sendo assim, o trabalho com a literatura infantil afro-brasileira pode ser um elemento potencializador das discussões e superações dos mitos raciais no âmbito escolar.

A autoestima dos estudantes começou a melhorar quando a escola introduziu atividades voltadas para a valorização do negro nos aspectos culturais através da construção do álbum de identidade e promoção das rodas de capoeira e inseri-los no universo da cultura africana. Com isso, os discentes começaram a se valorizar mais e se reconhecer como negros/as, como declara o estudante Guandu:

Ah, eu acho que o que é mais forte, é a autoestima. Tenho orgulho de ser, de estar ali, de morar na comunidade de Alto Alegre. Eu acho que é isso. Quando comecei a fazer a pesquisa para fazer o álbum, aprendi muito com os meus vizinhos, descobri muita coisa interessante, como histórias de algum tempo atrás, como eles faziam as comidas, a religião e alguns costumes. Hoje alguns costumes mudaram, sabe.



Imagem 10 - Construção do álbum de identidade
Fonte: Acervo da SMEH



Imagem 11 - Construção do álbum de identidade
Fonte: Acervo da SMEH

Os desdobramentos também são evidentes nas famílias da comunidade de Alto Alegre. Estas estão mais integradas à escola, participando das atividades e dos acompanhamentos dos filhos. A aproximação se deu devido ao trabalho que a equipe gestora e professores desenvolveram junto à comunidade e as sensibilizações realizadas nas reuniões de pais, conforme relatos do núcleo gestor:

Na escola a gente tem o ponto de integração, eu acho que a família está chegando mais perto da escola, está vindo, está procurando saber [...]. Sempre que tem atividade os pais estão sempre presentes nas reuniões, nos eventos, nas palestras que são propostas, eles estão sempre, não é 100%, mas estão presentes.

Com relação à família, eu percebo uma satisfação em fazer parte da escola, a fazer parte do processo de construção desse ambiente educativo. Como os estudantes mudaram a forma de reconhecerem, com sentimento de pertence, os pais também demonstraram significativas transformações no que diz respeito à escola, as relações de respeito e valorização da cultura local.

É notório que há uma preocupação do núcleo gestor em salientar a importância de uma parceria com a família. Essa parceria é imprescindível para o desempenho dos estudantes. Com o apoio dos pais, o processo de autorreconhecimento e de autoestima pode ocorrer de maneira mais tranquila. Nesse sentido, a direção da escola tem fomentado uma política de inclusão dos familiares, o que tem ajudado na mudança de mentalidade e do sentimento de pertencimento.

Nas entrevistas com os professores abordei a questão do preconceito racial no cotidiano escolar da escola e obtive as seguintes respostas:

Antes da implementação da lei e do trabalho com a disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Africana havia com mais frequência porque “não tínhamos conhecimentos necessários para refletir com os estudantes as temáticas relacionadas à cultura afro-brasileira e africana e os conflitos que existiam eram minimizados através de algumas conversas com os mesmos, mas em seguida outros surgiam. (Professora Luz)

A Lei já é uma realidade na EMEF Olímpio Nogueira. O depoimento do professor Luz relata as mudanças que o trabalho com a disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana proporcionou aos estudantes:

Os estudantes já mudaram significativamente suas concepções acerca da pluralidade cultural, vários elementos que muitas vezes eram discriminados, principalmente no que diz respeito à religiosidade. Luto para desconstruir paradigmas preconceituosos que percebo em alguns estudantes.

Hoje esses meninos e meninas são mais participativos, falam e expressam suas ideias. Defendem seus pontos de vista. Quando cheguei aqui, na escola, eles mal falavam. Tive que tentar muitas atividades até conseguir envolvê-los. Tenho certeza que as aulas mudaram um pouco o quadro de discriminação que antes existia com mais intensidade, mas ainda é preciso fazer mais.

Nesse sentido, ao analisar a construção do Projeto Político Pedagógico da escola destaco que a temática racial, a história dos quilombos, culturas e questões étnicas raciais estão presentes e são eixos temáticos na formação do currículo aplicado na escola.

O combate ao racismo e a formação de uma consciência para o respeito à diversidade étnico-racial e cultural, dialogam no PPP da escola a partir de ações afirmativas no plano escolar, os conteúdos sobre a diversidade étnica, o racismo e a afirmação da identidade negra e não negra, estão dispostos nos planos de aula, juntamente com os demais assuntos do currículo oficial, são trabalhados também de forma interdisciplinar mediante as palestras, e reuniões aonde representantes da comunidade quilombola vão à escola, e debatem questões sobre os direitos das populações negras e quilombolas, sobre o respeito e afirmação da identidade étnica, sobre o combate ao racismo e a discriminação religiosa, tais, debates servem com aulas

sistematizadas para que os estudantes percebam, entendam e respeitem a identidade social de ser negro, ser quilombola.

Faz-se necessário traçar um paralelo da escola antes e depois da implantação da Lei 10 639, visto que as falas dos estudantes demonstram situações preconceituosas que foram sendo trabalhadas no espaço escolar através da reflexão e ação proposta pelos professores e que foram capazes de nos apresentar outro cenário dessas relações na atualidade. Segue abaixo alguns trechos das entrevistas com os estudantes:

Quando comecei a estudar aqui tinha vergonha do meu cabelo, sabe, ele é assim, todo alegre, mas antes eu não gostava dele, tinha vergonha, pois minhas colegas disseram que eu tinha que fazer um alisamento. Para falar a verdade, cheguei em casa e perturbei minha mãe até que ela concordou. Hoje, depois de estudar e das atividades que a professora fez em sala, como grupos de estudo, teatro e outras coisas, eu vi que quem deveria mudar eram as minhas colegas, que não conheciam nada, e não eu. (Estudante Baobá)

Faço parte do grupo Afroalegre, antes não entendia muito o que significava fazer parte de um grupo, principalmente um grupo da comunidade. Achava divertido, mas não compreendia que o verdadeiro sentido. Hoje, nos apresentamos, em muitos lugares, não só na escola, mas estudamos sobre nossa cultura, hábitos e a dança. (Estudante Espada de São Jorge)

Através da pesquisa documental foi possível identificar uma preocupação em construir uma educação que dialogasse com a realidade da comunidade local. Assim, o PPP da escola Olímpio Nogueira busca assegurar uma prática educativa que trabalhe o respeito à identidade étnica e o combate ao racismo: pois, o espaço escolar era (é) o lugar onde ocorre a “convivência entre estudantes de origens diferentes, com costumes [culturas] e dogmas religiosos diferentes” (SOUZA, 2001, apud ROCHA, p.313).

Com isso, foram criadas estratégias de enfrentamento ao racismo, por meio da inserção do que está estabelecido na Lei 10.639/03, colocando em seu currículo temas como: Identidade étnica, diversidade étnico-racial e cultural, combate ao racismo e o preconceito religioso. A escola torna-se pioneira na forma de interpretar a referida lei, porque, foi além do que estabelecia a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas disciplinas de História, Português e Artes.

Em relação às mudanças ocorridas com os estudantes e a comunidade, o relato do professor Pertencimento nos chamou atenção:

As mudanças associadas a um processo de identificação, isto é, de autoreconhecimento a partir de atividades e ações desenvolvidas pela escola e com a participação de todos, vem sendo fundamental para o processo de identificação. Considero que as famílias também contribuem para essa melhoria, algumas participam muito, principalmente as da comunidade. (Professor Pertencimento)

As práticas que utilizo com meus estudantes tem também o objetivo de elevar a autoestima deles. A partir do momento que a escola não se vê mais representada por uma única história, os estudantes se percebem como quilombolas e começam a questionar os conteúdos escolares e a própria realidade. (Professor Pertencimento)

A realização de trabalhos coletivos e projetos interdisciplinares nas escolas para estimular o combate ao racismo e à discriminação são objetivos a serem alcançados e também deverão ser resultados da implementação da lei e das diretrizes (GOMES, 2008).

Dos professores entrevistados todos justificaram o porquê de considerarem relevante o estudo do tema História e Cultura Afro-brasileira e Africana para os estudantes. Segue abaixo as transcrições das respostas à questão aberta destacada:

QUADRO 1

Respostas dos professores à questão aberta quanto à importância do estudo sobre a História da África e Cultura Afro-brasileira

Liberdade	“É parte formadora da cultura brasileira e da própria história da humanidade.”
Luz	“Pela extrema relevância da cultura africana e negra no Brasil.”
Pertencimento	“Porque é a história da formação do povo brasileiro.”
Valor	“Para compreender a importância na nossa sociedade.”
Força	“É uma parte muito importante da história dos brasileiros.”
Negritude	“Está na vivência do nosso cotidiano.”

Tabela 2 – Respostas dos profs. à questão aberta: a importância do estudo sobre a História da África e Cultura Afro-brasileira
Fonte: Dados da pesquisa

A partir das entrevistas, percebi que os professores identificam a escola como o berço dos conflitos, dessa conversação que proporciona a troca de experiência e é nesta fase que entra a discussão da cultura afro-brasileira já integrada ao currículo escolar, demonstrando o quanto o conhecimento e as reflexões sobre as temáticas são necessárias no ambiente escolar

e que a compreensão dessa importância, por parte dos professores, é um aspecto fundamental para o desenvolvimento de um bom trabalho com os estudantes.

Desta forma, *“A sala de aula deixou de ser um espaço onde se transmite conhecimentos, passando a ser um espaço onde se procura e onde se produz conhecimento”*, ((Demo), apud, Alarcão, 2003.)

Vale ressaltar, que como citado acima, a formação docente é atualmente prioritária para a mudança deste contexto. Preocupações com a melhor qualificação da formação de professores e com suas condições de exercício profissional devem ser levados em consideração no momento de avaliar o trabalho realizado no tocante a História e da Cultura Afro-brasileira e Africana na escola.

É importantíssimo relatar que a ampliação da oferta e da existência de materiais que propiciam o redimensionamento da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana na escola Olímpio Nogueira, bem como o fomento à formação continuada de seus professores, representou para os processos de implementação e efetivação da disciplina desdobramentos significativos no cotidiano escolar.

Segundo o professor Negritude:

Hoje, os estudantes sentem-se instigados a aprender mais e refletir sobre as temáticas abordadas e que o aprendizado é de todos e juntos aprendemos a ser mais tolerantes. Através das colocações citadas, pude compreender que os professores em questão reconhecem a importância do estudo.

Assim, tornar a escola um espaço que valoriza a pluralidade de culturas é reconhecer as diferenças de forma positiva. “Desierarquizar” as relações de ensino, os saberes os saberes como construção é estar aberta aos modos de ser e viver dos atores sociais que estão inseridos na escola, é compreender as identidades e individualidades no contexto da diversidade.

A escola também é apontada como um lugar de inclusão, socialização, reconhecimento identitário, enfim, de formação, conforme se pode observar nos depoimentos dos estudantes abaixo:

Hoje percebo que a escola significa identificação, meu lugar. É nela que nos descobrimos. Identificamos o que nos agrada realmente e o que nos desagrada. Aprendemos a respeitar as diferenças, a valorizar o outro. Gosto demais de estudar no Olímpio e sei que aprendi muito e aprendo ainda. (Estudante Baobá)

Construir o álbum de identidade me ajudou a entender um pouco da África, fizemos pesquisas sobre o tema e fomos entrevistar moradores da comunidade. Ouvi tantas histórias das danças, de como a comunidade de Alto Alegre foi reconhecida. (Estudante Café)

A escola tem papel central na busca do redimensionamento dos valores e das posturas, ou seja, na reeducação das relações étnico raciais, e, portanto, precisa assumir seu papel transformador, pautando sistematicamente questões conflituosas e inegavelmente de difícil abordagem, promovendo junto à sua comunidade escolar o caminho do diálogo e do debate aberto e plural. Nesse sentido, segundo Alarcão, 2001) a mudança de que a escola precisa é uma mudança paradigmática. Porém, para mudá-la, é preciso mudar o pensamento sobre ela. É preciso refletir sobre a vida que lá se vive, em uma atitude de diálogo com os problemas e as frustrações, os sucessos e os fracassos, mas também em diálogo com o pensamento próprio e o dos outros.

Tendo como referência as mudanças ocorridas na escola na perspectiva de quebra de paradigmas, como defende Alarcão, ocorreu através dos diálogos construídos entre os professores, estudantes e comunidade, ao longo dos anos. Assim relata o estudante Espada de São Jorge:

A professora organiza os grupos de trabalho, geralmente cada grupo fica com uma pergunta sobre o conteúdo estudado em sala e vamos ter que defender a nossa opinião. Por exemplo, o que meu grupo entende pelo filme “A cor da Cultura”, vamos apresentar. É assim. Eu tinha vergonha no começo, mas ela faz tanto esse trabalho que acabei me acostumando. Alguns colegas ainda tem vergonha de falar, aí respeitamos.

O texto da lei é específico que são os professores apoiados pela escola que farão sentir seus reflexos na sociedade, claro que é necessário que a Lei possa ser de conhecimento de todos, para saber que existe um aparato legal que defende o aprendizado da cultura negra na formação social brasileira. Assim, o trabalho precisa acontecer com o apoio de todos que compõem a comunidade escolar, todos precisam entender e sentir que é possível realizar uma ação integradora para atingirmos o objetivo de tornar a temática, verdadeiramente, viva no ambiente escolar. O saber profissional dos professores é, portanto, no entendimento de Tardif, uma construção de diferentes saberes, provenientes de várias fontes que são elaborados, relacionados e mobilizados pelos professores de acordo com as exigências de sua atividade profissional.

No tocante as respostas obtidas pelo núcleo gestor constatei que o mesmo percebe a relevância do estudo da História da África e Cultura Afro-brasileira, o que é muito positivo,

pois eles são os profissionais responsáveis pela orientação das atividades que ocorrem na escola e na comunidade, tendo em vista que, na EMEF Olímpio Nogueira as ações têm a participação direta da comunidade local. Há uma atuação direta do núcleo gestor no apoio e disseminação das ações realizadas pelos professores e estudantes, fortalecendo o sentimento de pertence das pessoas da comunidade. São significativas as falas que representam tal fato:

É uma forma de conhecer a história e compreender os processos sociais e culturais. E como a escola está inserida na comunidade quilombola, a temática contribui para a valorização da cultura, da história e do sentimento de pertencimento ao local. É um resgate necessário da cultura e história do nosso povo.” Dando ênfase na igualdade e combate ao racismo. Podemos perceber claramente diante de uma análise do que era antes e como está hoje.

Fico feliz em perceber o quanto a equipe escolar caminha junto no desenvolvimento das atividades, nas ações das reuniões escolares, nos projetos e principalmente no cotidiano da escola. Sem o apoio dos professores não conseguiríamos. O planejamento coletivo e individual é utilizado para que os professores vejam algumas questões mais pontuais.



Imagem 12 - Reunião de pais
Fonte: acervo da SMEH

QUADRO 2

Respostas dos estudantes à questão aberta quanto à importância do estudo sobre a História da África e Cultura Afro-brasileira

Estudante do 6º. Ano-Baobá	“É parte formadora da cultura brasileira e da própria história da humanidade.”
Estudante do 7º. Ano-Café	“Pela extrema relevância da cultura africana e negra no Brasil.”
Estudante do 8º. Ano-Espada de São Jorge	“Porque é a história da formação do povo brasileiro.”
Estudante do 9º. Ano - Guandu	“Para compreender a importância na nossa sociedade.”

Tabela 3 –Respostas dos estudantes à questão aberta: a importância do estudo sobre a História da África e Cultura Afro-brasileira
Fonte: Dados da pesquisa

Portanto, não basta apenas dar as ferramentas para o trabalho, no caso uma educação de qualidade e sem discriminações, mas é preciso ensinar a usá-las, e no caso dos professores o desafio e a responsabilidade se tornam ainda maiores, já que a educação é a base para a construção de uma sociedade mais justa e menos discriminatória, para que, enfim, as diferenças culturais sejam respeitadas.

Dos estudantes entrevistados, 8 (oito) são moradores de Alto Alegre e 4(quatro) moram em localidades próximas. Assim, em relação às respostas e através das observações in loco, foi possível identificar que as atividades propostas pelos professores e realizadas frequentemente pelos estudantes, como por exemplo: as Mostras de Literatura, as oficinas, palestras, apresentações culturais, exposição de trabalhos dos estudantes, Semana da Consciência Negra, entre outras, tornaram possível abrir caminhos para o trabalho com a disciplina de forma contextualizada.

As falas de alguns estudantes demonstram que essa inclusão nem sempre foi tão positiva na escola e que o preconceito ainda faz parte de algumas situações e que se trata de um processo de conquista, conhecimento e sensibilidade, pois também reconhecem que a escola pode excluir à medida que discrimina, reproduz estereótipos em relação a determinados grupos, ignora conflitos, silencia sobre a contribuição histórica.

Nesse caso, o trabalho realizado pelos professores contribuiu para transformar esse cenário tão preconceituoso que pode estar carregado de simbologismo e que permeia em alguns espaços. A situação citada pelo estudante São Jorge nos diz um pouco desse contexto que existia na escola.

Lembro bem que no início da 6ª. série, na escola, meus colegas de sala zombavam muito de mim por ser negro, magro e menor da turma. Também tinha poucas condições, não tinha pai... as pessoas que conviviam comigo nem meu nome aprendia, só me falavam mal: neguim, tição. Hoje eu até dou risada, pensei que nunca fosse acabar. (Estudante Espada de São Jorge)

Nas observações de sala foi possível identificar como os professores conduzem as ações envolvendo a disciplina. Os temas são abordados em uma perspectiva ativa e coletiva, refletindo sobre a realidade cultura local e buscando o envolvimento de todos. Em uma das atividades observadas percebi como as falas vão se construindo no contato do professor com os estudantes, tornando-os aprendizes de todos os conteúdos abordados na coletânea de textos. Alguns estudantes ainda se surpreendem com as informações contidas na Apostila de Coletânea de textos, segundo falas dos estudantes.

Tem tanto assunto que eu nunca tinha visto continente, escravidão, quilombo, nem sabia que tinha tanta informação sobre os quilombos, principalmente que em um texto falava da comunidade que eu moro no Alto Alegre, tem até a história do Nego do Neco. (Estudante Café)

Eu estudei no mês passado a geografia dos quilombos no Brasil e no Ceará e a comunidade quilombola de Horizonte. Achei interessante, mas não entendi muito bem. A turma toda foi conversar com os moradores mais antigos da comunidade e tinha que fazer um relatório sobre as informações e as memórias que eles tinham. (Estudante Baobá)

O depoimento do professor Liberdade demonstra mais clareza no entendimento da realidade social do negro, mas deixa claro a dificuldade que ainda têm de se identificar com essa história:

Atribuo a exclusão do negro a uma série de fatores coloniais até culturais, desde o período escravocrata e depois da escravidão, a não inserção do negro na política após a abolição, o não direito a terra, a educação. Identifico-me um pouco com a história e cultura dos negros.

Em relação à comunidade, observei a presença efetiva de membros externos ao corpo de funcionários e equipes discentes e docentes no cotidiano da escola em participação das

atividades escolares, ajuda nas festas e comemorações, em reuniões escolares, em culminâncias de projetos, entre outras.

Segundo depoimento dos pais, 80% consideram importante os filhos estudarem a disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e afirmam que as ações que a escola promove fortalece o resgate da cultura do povo quilombola, que antes vivia esquecida, o restante diz não compreender a importância e que não sabiam que a escola trabalhava com a disciplina. A mãe do estudante Baobá, que mora desde a infância na localidade, acredita que a implantação da lei 10 639 veio como uma saída para que a história do povo não morra e acrescenta:

Sei que ainda há preconceito e que não é fácil, a luta é diária, mas juntos podemos conseguir. Meu filho mesmo já chegou em casa chorando, vim até a escola reclamar. Já melhorou muito, mas é preciso todo dia explicar que todos nós somos iguais.

Nós que moramos aqui sabemos o quanto já fomos esquecidos, hoje, muitas pessoas querem conhecer a comunidade, a cultura, as bonequeiras. Mudou muito e a escola faz toda a diferença na comunidade. Faz os jovens pensarem em um futuro.

Sempre que posso estou na escola, acompanhando tudo de perto. Quero que meus filhos e netos possam repassar nossa história de geração em geração e acredito na escola como lugar possível de fazer acontecer. Como mãe procuro estar sempre presente nas atividades, vou às apresentações e procuro saber como estão as aulas.

Em contrapartida, alguns pais sequer tem conhecimento do trabalho realizado pela escola, no tocante a História e Cultura Afro-brasileira e africana, afirmam que pelo trabalho não tem tempo para acompanhar e que os filhos não chegam em casa dizendo nada sobre a lei. Tais falas comprovam:

Não sei bem o que é trabalhado na escola, às vezes tem umas festas, mas eu não tenho tempo, trabalho o dia todo. Vai convite para casa, mas eu até gostaria de participar. Deve ser importante tratar das culturas, acho que o respeito deve ser trabalhado com esses jovens de hoje.

Não vejo meu filho falando sobre História, sei que tem peças de teatro que ele participa do desfile de 7 de setembro. É preciso à escola ter esse cuidado, meu filho mesmo já sofreu preconceito. No começo ele até chorava porque alguns colegas não queriam brincar com ele. Aí eu conversava muito e ele melhorava.

Acredito que as iniciativas desenvolvidas no chão da escola deram visibilidade a metodologias significativas e a sujeitos e a unidade escolar que, pela seriedade com que atua, inspira outras ações e nos permite perceber claramente as possibilidades concretas de implementação da Lei. Tais manifestações e práticas perpassam os livros escolares e o material didático utilizado, e se expressam nas relações entre os estudantes e inclusive nas relações entre os professores e estudantes e comunidade.

3. A FORMAÇÃO DOCENTE E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COMO HORIZONTE NO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA.

Tendo clareza da relevância de organizar um currículo capaz de atender as demandas citadas, o município de Horizonte, iniciou um trabalho voltado ao respeito da lei 10.639/03, que teve início em 2006 (não havia ocorrido ainda à promulgação da lei 11.645, visto que a mesma foi criada somente no ano de 2008). Com o objetivo de reconhecer e valorizar a influência do negro na sociedade brasileira e trabalhar a autoestima do povo afrodescendente convencionou-se que o melhor caminho para atingir este objetivo e combater o racismo seria através do conhecimento da história e cultura afro-brasileira e suas origens africanas promovendo uma releitura das mesmas desmitificando o caráter de inferioridade e submissão repassado através de uma educação eurocêntrica à nossa sociedade ao longo da história de nosso país.

- **Formação Continuada e Reformulação curricular**

A LDB 9.394/96, ao introduzir novos indicadores para a formação de profissionais para a Educação Básica, suscita outras discussões e encaminhamentos. Contudo, é importante destacar que muitas das proposições se encontram distanciadas dos anseios dos movimentos organizados e de entidades científicas e acadêmicas, em especial no tocante à formação dos educadores. Especificamente no capítulo 6 – Dos profissionais da Educação – os artigos 61 a 65 vão explicitar como se dará a formação continuada dos profissionais da educação, a saber:

Artigo 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Nessa mesma direção, Freire destaca que “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” (1996, p. 44).

Nesse sentido, a partir de 2006, o projeto político pedagógico das escolas municipais passou a contemplar de modo mais significativo diagnósticos, metas e ações relacionadas ao combate às diversas formas de racismo e a abordagem e conteúdo que tratam as relações étnico-raciais e da história e da cultura afro-brasileira e africana, estabelecendo articulações com as diversas áreas do conhecimento que constituem o currículo escolar através do desenvolvimento de projetos pedagógicos e a colocar em prática um currículo mais voltado para a História e Cultura Afro-brasileira e africana.

Em razão do fato citado, os gestores da educação e os professores da rede municipal avaliaram que era imperativo desenvolver um programa de formação docente que pudesse oferecer suporte teórico e metodológico para este novo desafio, não apenas proposto pela lei 10.639/2003, mas por ser antes de tudo uma dívida histórica e social para com os povos africanos e afrodescendente brasileiro. Diante do exposto, vários outros passos foram dados, como por exemplo: os encontros e vivências de reflexão com o intuito de rever e analisar o Projeto Político Pedagógico das escolas através de participação democrática, procurando adequar diagnósticos, metas e estratégias objetivando ao combate à discriminação e ao re/conhecimento e à valorização da história e cultura dos povos africanos e afrodescendentes.

Após a revisão do PPPs (2008) percebeu-se que ainda se fazia necessário dar início a uma estratégia imprescindível para tratar do tema da diversidade étnico-racial, a formação de professores, com o intuito de possibilitar ao grupo contato e estudo da temática, visto que o conhecimento transmitido e debatido nas formações acadêmicas de grande parte das universidades e faculdades, ainda hoje, traz uma visão estereotipadas da história e cultura dos povos do continente africano e dos escravizados trazidos ao Brasil, bem como o papel destes para a formação do povo brasileiro e desenvolvimento do país, visão transmitida a partir de uma visão europeizada de educação e formação histórica do povo brasileiro.

A partir deste fato a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Horizonte encaminhou uma proposta de formação inicial encaminhada à SECAD (atual SECADI) para que houvesse uma capacitação teórico metodológica para professores em serviço custeada com recursos do FNDE, contando com carga horária de 120h/a tendo como tema: Programa da História Africana para a Formação dos Educadores. A proposta foi aceita e o curso foi ministrado pelo Professor Dr. Henrique Cunha da Universidade Federal do Ceará, curso este que contemplou 40(quarenta) professores da rede municipal lotados em várias escolas do município, localizadas em território quilombola ou não.

O curso tratou de temas diversos ligados à Africanidades e teve como objetivo proporcionar aos professores das escolas do município condições de desenvolver o estudo da

História e Cultura Afro-brasileira e Africana, procurando resgatar a autoestima de alguns estudantes que se sentiam inferiorizados devido à educação eurocêntrica repassada em nossa sociedade e combater o preconceito racial que atinge a população de forma geral, inferiorização e discriminação estas que não se limitam somente aos territórios quilombolas do país e do mundo. Este trabalho passaria a ser realizado através do reconhecimento identitário e do conhecimento destas histórias e culturas de diferentes povos africanos e afrodescendentes em todas as escolas que trabalhassem com as séries finais de ensino fundamental em Horizonte, ou seja, de 6º ao 9º ano.

As experiências narradas pelos professores evidenciam que o preconceito ainda persiste no espaço escolar e que o curso foi fundamental para facilitar o início dos trabalhos com as turmas.

O professor Valor reconhece que as temáticas trabalhadas em sala de aula tem buscado minimizar preconceitos e desenvolver o respeito entre todos, que o conhecimento é relevante nesse processo e que trabalhar com a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em uma comunidade quilombola, inicialmente, foi um desafio.”

Estou desde o início da inclusão da disciplina, sei que muito ainda precisa ser feito, mas podemos dizer que caminhamos e que o apoio que tivemos da secretaria de educação foi importante para fortalecer o nosso fazer. Falar de temáticas étnico culturais é delicado em alguns contextos.

Em contrapartida, o professor Pertencimento considera que os conhecimentos sobre o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e principalmente dos quilombos, abordados nas formações ainda é muito superficial e precisa ter uma abordagem mais próxima da realidade local. Sua fala evidencia a opinião:

É preciso ir além do teórico, conhecer de fato quais os anseios da população na perspectiva da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e da comunidade de Alto Alegre. Abordar mais os costumes, a cultura e a religião, não com preconceito, mas de forma mais aprofundada.

Com o término do curso de Formação Inicial, muitos professores estavam preocupados ainda com a forma que iriam utilizar para trabalhar os assuntos e as questões levantadas durante a formação inicial, pois as dificuldades ainda eram grandes como a escassez de material didático, a falta de uma matriz curricular, a inexperiência com o tema e a falta de apro-

fundamento dos conteúdos. Através de decisão democrática entre os professores que haviam sido trabalhados para debater pedagogicamente a educação voltada às relações étnico raciais, a maioria professores da área de ciências humanas e sociais, foi tomada a decisão de que haveria um aumento da carga horária de História no município a partir do ano de 2007, que passou de duas horas aula para três horas aula. Esta aula a mais seria o momento em que se trabalharia a História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Nas entrevistas indaguei sobre a opinião dos professores participantes sobre o curso:

Foi um marco para o município e uma conquista para todos nós, professores. Havia uma grande necessidade do trabalho mais direcionado com a questão das relações étnico raciais. Eu mesmo não sabia como atuar diante de algumas demandas gritantes que surgiam na escola, preconceitos, desconhecimento da cultura e até mesmo nas relações entre os estudantes. (Professor Liberdade)

Avalio como fundamental a realização do curso. Não tinha condições de trabalhar conteúdos relacionados à disciplina sem nenhum apoio. Creio que para cada um de nós que participou da formação, consegui encontrar um eixo para o trabalho. (Professora Luz)

Com a criação de uma aula para trabalhar com temas ligados às africanidades, percebeu-se a necessidade de manter uma formação continuada onde os professores teriam a oportunidade de se aprofundarem mais nos conteúdos, trocar experiências, analisar estratégias, formular metodologias de abordagem dos diferentes temas e criar uma matriz curricular direcionando os assuntos a serem debatidos nas turmas de ensino fundamental. Esse movimento envolveu todos os professores e repercutiu na ressignificação das práticas pedagógicas, pontua o professor Negritude:

Sabia que com a criação de uma aula para trabalhar especificamente com as relações raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, poderia atuar com mais atitude nos espaços da sala de aula e mesmo tendo dificuldades com relação às temáticas e a forma de abordagem via uma luz no fim do túnel. (Professor Negritude)

Assim, surge o programa de Formação Continuada para a Educação das Relações Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, com carga horária de 40 horas, realizada mensalmente, que contempla professores que se encontram a frente da Educação pela igualdade de direitos e respeito à diversidade cultural, formulada com o objetivo de promover

o estudo, a reflexão, o debate e a mudança de posturas pedagógicas no que se refere às relações étnico-raciais e ao conhecimento histórico das sociedades africanas e dos afrodescendentes no Brasil. No ano de 2008, o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana foi desvinculado da disciplina de História e através de Parecer favorável do Conselho Estadual de Educação do Ceará (Nº 0087/2008, de 25/02/2008), recebeu autorização de ser ministrado como uma disciplina da parte diversificada do currículo.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

INTERESSADA: Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, de Horizonte		
EMENTA: Emite parecer positivo quanto ao acréscimo da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo desenvolvido nas escolas municipais de Horizonte.		
RELATORA: Marta Cordeiro Fernandes Vieira		
SPU Nº 07318068-8	PARER Nº 0087/2008	APROVADO EM: 25.02.2008

I – RELATÓRIO

Maria Dione Soares Félix, Assessora de Planejamento Educacional do Município de Horizonte, solicita deste Conselho Estadual de Educação parecer sobre o acréscimo da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no currículo escolar.

Alega que, além de cumprir os marcos legais, a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto conseguiu financiamento federal para capacitar quarenta docentes responsáveis pela área específica.

Destarte, esses profissionais, coordenados por um GT de formação continuada, perceberam a necessidade de acréscimo da disciplina, muito embora "sem perder de vista o caráter interdisciplinar, cuja prática no município já ocorre, mediante projetos pedagógicos desenvolvidos ao longo do ano letivo".

II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Nobre iniciativa tem todo o aparato legal necessário manifestado através da Lei nº 10.639/2003 e as Resoluções nºs 01/2004 – CEB/CNE e 416/2006 – CEB/CEE.

III – VOTO DA RELATORA

Em assim sendo, o voto da relatora segue no sentido de que se considere perfeitamente coerente e absolutamente legal o acréscimo pretendido pela Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, de Horizonte, no mapa curricular desenvolvido em sua rede de escolas.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

IV – CONCLUSÃO DA CÂMARA

Processo aprovado pela Câmara da Educação Básica do Conselho Estadual de Educação.

Sala das Sessões da Câmara da Educação Básica do Conselho de Estadual de Educação, em Fortaleza, aos 25 de fevereiro de 2008.

MARTA CORDEIRO FERNANDES VIEIRA

Relatora e Presidente da Câmara

EDGAR LINHARES LIMA

Presidente do CEE

Rua Napoleão Laureano, 500, Fátima, CEP.: 60.411-170 - Fortaleza - Ceará
PABX (85) 3101.2009 – 3101.2011 / FAX (85) 3101.2004
SITE: <http://www.cee.ce.gov.br> E-MAIL: informatica@cee.ce.gov.br

Digitador: Neto
Revisor: JAA

Imagem 13 - Parecer positivo quanto ao acréscimo da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo desenvolvido nas escolas municipais de Horizonte

Fonte: Acervo da SMEH

MATRIZ CURRICULAR
ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – 6º AO 9º ANO

Área do Conhecimento	Disciplinas	Carga Horária Semanal Base Comum				Carga Horária Semanal Parte Diversificada				Carga Horária Anual					
		ANO				ANO				ANO					
		6º	7º	8º	9º	6º	7º	8º	9º	6º	7º	8º	9º		
		6º	7º	8º	9º	6º	7º	8º	9º	6º	7º	8º	9º		
LDB Lei 9394/96	Língua Portuguesa	5	5	5	5					200	200	200	200		
	Artes	1	1	1	1					40	40	40	40		
	Educação Física	2	2	2	2					80	80	80	80		
	Língua Estrangeira Moderna (Inglês)					1	1	1	1	40	40	40	40		
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	2	2	2	2					80	80	80	80	
		Geografia	2	2	2	2					80	80	80	80	
	Ciências da Natureza e Matemática e suas Tecnologias	História e Cultura Afrobrasileira e Africana	*	*	*	*	1	1	1	1	40	40	40	40	
		Matemática	4	4	4	4					160	160	160	160	
	Carga Horária	Ciências	2	2	2	2					80	80	80	80	
		Total Carga Horária Semanal – 20 horas / aulas				18	18	18	18	02	02	02	02	800	800

Imagem 14 - Matriz curricular do Ensino Fundamental Anos Finais (extrato)
Fonte: Acervo da SMEH.

Segundo Pinto (2004), a formação do professor para a diversidade étnico-racial deve ser um processo de desestruturação dos mitos radicais. Essa formação precisa de uma maneira radical nos valores e representações que o próprio sujeito tem a respeito do negro. Os valores estão imbuídos nas práticas que precisam ser revistas para que se possa construir novos fazeres dentro da escola, fazeres que alcancem uma dimensão mais democrática no que se refere às diferenças raciais.

Nessa perspectiva, a estruturação das matrizes curriculares no ano anterior serviu para nortear os conteúdos a ser trabalhada nas turmas das séries finais do ensino fundamental, possibilitando que o tempo destinado à formação pudesse ser mais bem aproveitado para aprofundamento de conteúdos ligados a temática das africanidades, seleção de material com possibilidade para abordar os conteúdos em sala de aula e debate visando à formulação de metodologias práticas que trouxessem resultados para o trabalho dos assuntos a serem abordados em sala de aula. Nesse aspecto as entrevistas com os professores apontaram um norte desse desdobramento como cita as falas abaixo:

Pensa no coletivo, conteúdos para o trabalho com a disciplina, me pareceu no início, quase que impossível, pois não tinha muito conhecimento sobre o assunto, mas como realizamos estudos e nos baseamos nas Diretrizes, aos pouco, em cada encontro, o documento ia sendo construído. (Professor Força)

Não foi fácil, pois na realidade fui lotada na disciplina, mas não sou da área de História nem Artes. Pensei até em desistir, mas comecei a entender que era um novo aprendizado e resolvi dar uma chance para conhecer um pouco mais da História Africana e hoje vejo que não poderia ser diferente aprendi e procurar passar para os meus estudantes esses conhecimentos buscando ajudar a promover o respeito à diversidade cultural na escola. (Professora Luz)

Após análise das matrizes curriculares elaboradas pelos professores de História e Cultura afro-brasileira e africana do Município de Horizonte identifiquei que os conteúdos relacionados estão em coerência com as Diretrizes para o Ensino Fundamental anos finais como exemplos de assuntos tratados no 6º. Ano elenco: Uma introdução à educação das relações étnico raciais e ao estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, as Leis 10.639/03 e 11.645/08 e sua importância para a promoção da igualdade étnico racial na sociedade brasileira, o lugar da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo da escola. , a escola e a reprodução das desigualdades étnico raciais, as origens da desigualdade social e racial no Brasil, dentre outras.



PROPOSTA DE MATRIZ CURRICULAR
SÉRIE: 6º ANO - DISCIPLINA: HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA - 1º BIMESTRE

Objetivos: Identificar o processo histórico de formação da sociedade brasileira levando em consideração o real papel das diferentes etnias objetivando o combate à situação de preconceito e discriminação.

EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	METODOLOGIAS/RECURSOS	AValiação
<ul style="list-style-type: none"> Entender o processo histórico que produziu as desigualdades raciais no Brasil. Compreender o papel da escola na construção das relações raciais, reconhecendo e combatendo as situações de preconceito e discriminação. Compreender que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos sociais e étnicorraciais diferentes, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que, em conjunto, constituem a nação brasileira. 	<p>Uma introdução à educação das relações étnicorraciais e ao estudo da história e cultura afrobrasileira e africana.</p> <ul style="list-style-type: none"> As Leis 10.639/03 e 11.645/08 e sua importância para a promoção da igualdade étnicorracial na sociedade brasileira. O lugar da história e cultura afrobrasileira e africana no currículo da escola. A escola e a reprodução das desigualdades étnicorraciais. As origens da desigualdade social e racial no Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> Exibição de programa da série: A Cor da Cultura; percepção em grupo; exposição dialogada; leitura e compreensão de texto; Leitura e interpretação de imagens - pinturas de época; leitura e compreensão textual e iconográfica; produção textual; Predição de conhecimentos e promoção de debates. 	<ul style="list-style-type: none"> Realização de produção textual: O papel da escola no combate às desigualdades raciais e sociais; Participação proativa em debate à respeito das leis 10.639/03 e 11.645/08, sua importância para a promoção da igualdade, o combate à discriminação e ao preconceito; Assiduidade e entrega de tarefas nos prazos estipulados; Realização de pesquisa acerca das origens da desigualdade social e racial no Brasil; Demonstração de respeito para com a diversidade étnica e a multiculturalidade presente em ambiente escolar e fora dele; Avaliação bimestral escrita.

Imagem 15 - Currículo de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (extrato)

Fonte: Acervo da SMEH

O envolvimento dos professores na “Semana da Consciência Negra”, momento em que são apresentados trabalhos e mostras culturais nas escolas, em um polo por distrito com encerramento no Centro Cultural Tasso Jereissati localizado na sede do município, momento

em que são reunidas diversas pessoas da população e autoridades locais para prestigiar um espetáculo de reconhecimento e valorização da história, arte e cultura afrodescendente presente na sociedade. Percebe-se a relevância do momento a partir da fala da professor Liberdade:

A nossa participação na “Semana da Consciência Negra” é sem dúvida uma oportunidade de fomentar estudos e aprofundamento sobre o tema divulgando experiências bem sucedidas nas unidades escolares, priorizando o legado ancestral africano como linha de estudo e de pesquisa.



Imagem 16 - Apresentação no Centro Cultural
Fonte: Acervo da SMEH



Imagem 17 - Apresentação na escolar
Fonte: Acervo SMEH

Gomes e Silva (2002, p. 29-30) diz que o trato da diversidade não pode ficar a critério da boa vontade ou da intuição de cada um. Ele deve ser uma competência político-pedagógica a ser adquirida pelos profissionais da educação nos seus processos formadores, influenciando de maneira positiva a relação desses sujeitos com os outros tanto na escola quanto na vida cotidiana.

Nessa perspectiva, a professora Paz citou uma ação que desenvolveu a partir das formações continuadas e afirmou que passou a planejar ações mais dinâmicas e envolventes para o trabalho com a temática, segundo a mesma:

Comecei a utilizar elementos motivadores para estimular o trabalho realizado em sala e fora dela. Pensei na música, nos instrumentos de origem africana e resolvi lançar a ideia para eles. No mesmo instante foi aquela euforia. Assim, planejei uma aula envolvida desde os materiais alternativos para a condição dos instrumentos, história do mesmo, a música e o que ela representa. Resolvemos fazer uma exposição dos instrumentos confeccionados com explicação de cada um. Foi maravilhoso, os pais e a comunidade gostaram muito. Claro, que todo esse trabalho levou um determinado tempo, mas valeu à pena.



Imagem 18 - Formação Continuada na SMEH
Formação Fonte: Acervo da SMEH



Imagem 19 - Formação continuada - aula de campo
Fonte: Acervo da SMEH

É interessante relatar a opinião dos estudantes entrevistados a respeito da atividade proposta pela professora. Todos os estudantes relataram achar interessante, legal e/ou importante o projeto e as propostas apresentadas, principalmente porque o projeto trazia aspectos dos gêneros musicais que eles mais se familiarizavam.

Os depoimentos citados mostraram a relevância da formação continuada na busca de alternativas de melhoria no processo pedagógico desenvolvido nas escolas, podendo trazer resultados satisfatórios nesse sentido de acordo com a dinâmica da implementação da Lei 10.639/2003. A formação continuada é um dos fatores essenciais para o êxito da implantação da Lei 10.639/2003, sobretudo porque contribuiu para mudança de atitudes e posturas, entre outros, em virtude de os cursos ofertados, Projetos, Seminários, Fóruns, atendendo a necessidade real de formação dos professores do Município de Horizonte.

- **Práticas pedagógicas**

No que diz respeito à observação das práticas pedagógicas realizadas na escola Olímpio Nogueira, a partir da fundamentação do texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, extraíndo as orientações de caráter nacional e legal que se referem ao aprofundamento do conteúdo indicado no texto da Lei n.º 10.639/03. Considerou-se que as Diretrizes inserem-se em um contexto político-social mais amplo, portanto fazendo parte das “políticas

de reparações, de reconhecimento e valorização de ações afirmativas” (BRASIL, 2004, p. 11) e referindo-se ao novo processo vivido no âmbito da política educacional.

[...] os sistemas de ensino e estabelecimentos de diferentes níveis converterão as demandas dos afro-brasileiros em políticas públicas de Estado ou institucionais ao tomarem decisões e iniciativas com vistas a reparações, reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à constituição de programas de ações afirmativas, medidas estas coerentes com um projeto de escola, de educação e de formação de cidadãos que explicitamente se esbocem nas relações pedagógicas cotidianas. Medidas que, convém, sejam compartilhadas pelos sistemas de ensino, estabelecimentos, processos de formação de professores, comunidade, professores, alunos e pais. (BRASIL, 2004, p. 13).

Na escola pesquisada todos os professores de História e Cultura Afro-brasileira e Africana participaram e participam de formação para o trabalho com as questões raciais, atribuindo assim, significado as práticas pedagógicas. Fato visível na fala da professora Negritude:

Utilizamos de todas as ferramentas possíveis para tornar o trabalho com a disciplina algo mais próximo da realidade. Acredito que os professores e alunos passam a construir, a partir dos estudos sobre a África e o Brasil, e a constituição de seus povos e sua cultura, um novo currículo, vivo embasado numa nova concepção de educação, pautada no respeito e promoção da igualdade étnica, cultural e racial.

Pimenta (1999, p. 19) diz que a prática constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor confere a atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida de professor. Portanto, o que se quer nesse processo de mudança de práticas pedagógico a partir da formação continuada é que a história da realidade desses discentes a sua relação de construção de saberes e identidades com outros discentes e docentes, dentro de um contexto social a fim de buscar uma prática mais reflexiva, contribuindo com os conhecimentos e metodologias educacionais.

Desta forma, percebo que a continuidade de ações sistemáticas promovidas pelos professores são iniciativas de proporcionar aos estudantes autonomia, valorização e participação na construção de suas histórias de vida, podemos elencar algumas ações: escola: dar voz aos grupos culturais e representativos dos/das estudantes e da comunidade por meio de reuniões,

projetos, visitação aos espaços históricos da comunidade, como Casa de Memórias, ARQUA, NUPPIR, CRASS QUILOMBOLA, entre outros.

Assim, as atividades desenvolvidas na escola que objetivam o aprofundamento e/ou a complementação de conhecimentos previstos pelo currículo obrigatório, são caracterizadas como atividades complementares. Nesse caso, as atividades complementares definidas a serem desenvolvidas com metodologias, estratégias e recursos didático-pedagógicos específicos, com a ampliação de tempos, espaços e possibilidades de aprendizagem e a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo às expectativas dos estudantes e às demandas da sociedade contemporânea. Dentre elas estão: capoeira dança teatro, entre outras.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. As atividades desenvolvidas na escola que objetivam o aprofundamento e/ou a complementação de conhecimentos previstos pelo currículo obrigatório, são caracterizadas como atividades complementares. Nesse caso, as atividades complementares definidas a serem desenvolvidas com metodologias, estratégias e recursos didático-pedagógicos específicos, com a ampliação de tempos, espaços e possibilidades de aprendizagem e a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo às expectativas dos estudantes e às demandas da sociedade contemporânea.

OFICINAS	CARGA HORÁRIA
Capoeira	3 horas (em cada turno)
Recreação e Lazer/Brinquedoteca	3 horas (em cada turno)
Canto Coral	3 horas (em cada turno)
Campos do conhecimento	3 horas (em cada turno)
Orientação de Estudos e Leitura	3 horas (em cada turno)
Percussão	3 horas (em cada turno)
Teatro	3 horas (em cada turno)
Esporte e Lazer	3 horas (em cada turno)
Rádio Escolar	3 horas (em cada turno)
Fotografia	3 horas (em cada turno)
Desenho	3 horas (em cada turno)
Educação em Direitos Humanos	3 horas (em cada turno)
Hip Hop	3 horas (em cada turno)
Pintura	3 horas (em cada turno)
Arte Corporal e som	3 horas (em cada turno)
Xadrez tradicional	3 horas (em cada turno)

Imagem 20 - Matriz curricular anos finais do Ensino Fundamental (extrato)

Fonte: Acervo da SMEH

As práticas citadas acima comungam com uma proposta de currículo vivo, quando diz respeito à escola pesquisada, pois busca valorizar os aspectos culturais e históricos presentes na realidade, observando o currículo oculto presente. “O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma explícita, para aprendizagens sociais relevantes.” (SILVA, 2003:78)

É notório que muitos professores têm o reconhecimento da importância de atrelar ao currículo escolar, os estudos da cultura africana e assuntos correlatos como a desigualdade racial, defesa dos direitos, o valor de cada cultura para a formação do nosso país e da sociedade, história da cultura indígena e não segregação das culturas. Além do reconhecimento, muitos professores já tiveram oportunidades de atuar, ou seja, pôr em prática a temática para desafiar o currículo formal e avançar no currículo praticado. Pontuo alguns resultados da pesquisa com os professores:

Entender um pouco de como ocorre na escola, no interior dos espaços, digo, o que está escondido nas falas e atitudes de alguns estudantes que ainda não respeitam os outros, que tentam humilhar seus colegas através de apelidos pejorativo entre outras atitudes de preconceito, me faz ter certeza que como professor preciso fazer algo, devo fazer algo, para possibilitar o conhecimento e o valor de cada cultura e tentar diminuir a segregação que existe. (Professora Luz)

Em uma das atividades relacionadas com o conteúdo sobre a África Ocidental, resolvi usar como metodologia de trabalho leitura e compreensão de mapas e de textos; trabalho de pesquisa escolar; exibição e percepção de vídeo-documentário; realização e apresentação de resultados da pesquisa; produção textual. Os estudantes gostaram muito, tornei a aula mais dinâmica. Como objetivo do trabalho eles precisavam compreender as relações entre o homem e o meio ambiente africano na construção de organizações políticas, econômicas e socioculturais diversas. (Professor Pertencimento)

De acordo com SACRISTÁN

Para a perspectiva crítica, o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações que permitem que crianças e jovens se ajustem da forma mais conveniente às estruturas e às pautas de funcionamento, consideradas injustas e antidemocráticas e, portanto, indesejáveis, da sociedade capitalista. Entre outras coisas o currículo oculto ensina, em geral, o conformismo [...] Numa perspectiva mais ampla, aprendem-se através do currículo oculto, atitudes e valores próprios de outras esferas sociais, como, por exemplo, àqueles ligados à nacionalidade. (2003:78-79)

Decidi observar as práticas pedagógicas realizadas na escola Olímpio Nogueira, a partir da fundamentação do texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,

extraindo as orientações de caráter nacional e legal que se referem ao aprofundamento do conteúdo indicado no texto da Lei n.º 10.639/03. Considerou-se que as Diretrizes inserem-se em um contexto político-social mais amplo, portanto fazendo parte das “políticas de reparações, de reconhecimento e valorização de ações afirmativas” (BRASIL, 2004, p. 11) e referindo-se ao novo processo vivido no âmbito da política educacional.

[...] os sistemas de ensino e estabelecimentos de diferentes níveis converterão as demandas dos afro-brasileiros em políticas públicas de Estado ou institucionais ao tomarem decisões e iniciativas com vistas a reparações, reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à constituição de programas de ações afirmativas, medidas estas coerentes com um projeto de escola, de educação e de formação de cidadãos que explicitamente se esbocem nas relações pedagógicas cotidianas. Medidas que, convém, sejam compartilhadas pelos sistemas de ensino, estabelecimentos, processos de formação de professores, comunidade, professores, alunos e pais. (BRASIL, 2004, p. 13).

Tomando como base a definição abordada no documento sobre práticas pedagógicas que as define como: Ações por meio das quais todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores (as), precisam sentir-se valorizados e apoiados. Dependem também de maneira decisiva da reeducação das relações entre negros e brancos, o que se está designando como relações étnico-raciais e aos projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, bem como comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir. Valorizam e respeitam as pessoas negras, a sua descendência africana, sua cultura e sua história.

As práticas pedagógicas que levam a sério o conteúdo dessa lei têm um compromisso ético com o fortalecimento e a construção de identidades. Implicam a construção do olhar de um grupo étnico-racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico-racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2005).



Imagem 21 - Visitação a Casa de Memórias
Fonte: Acervo da SMEH



Imagem 22 - Desfile do 7 de setembro de 2015-
Apresentação da escola Olímpio Nogueira (na sede)
Fonte: acervo da SMEH

Assim, através das observações e das entrevistas com os sujeitos envolvidos na pesquisa, identifiquei que as práticas pedagógicas fomentadas pelos professores, no trabalho com a disciplina, busca insistentemente diminuir os preconceitos, estimular a autoestima positivas, em que se promove a igualdade étnico-racial pela desconstrução das diferentes formas de exclusão, através do diálogo e reflexão e de ações realizadas no cotidiano escolar e nas aulas de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.



Imagem 23 - Desfile do 7 de setembro de 2015-Apresentação da escola Olímpio Nogueira (na comunidade)
Fonte: acervo da SMEH



Imagem 24 - Apresentações culturais organizadas pela escola
Fonte: Acervo da SMEH

Práticas pedagógicas desenvolvidas nas aulas de História e Cultura Afro-brasileira e Africana



Imagem 25 - Construção do acordo de convivência
Fonte: Acervo da escola



Imagem 26 - Desfile da beleza Afro
Fonte: Acervo da escola

Importante destacar que os professores carregam consigo saberes pedagógicos adquiridos na época em que eram alunos, portanto, quando começam sua experiência como docentes, já têm definidas algumas certezas em relação ao que é ser professor por meio daqueles que

lhes “ensinaram”, ao longo de suas trajetórias de escolarização (PIMENTA, 1996; TARDIF, 2005).

No relato da Professora Luz, identifiquei saberes que foram aflorando em cada fala, uma preocupação com relação à contextualização sócio - cultural, situando acontecimentos históricos de outras épocas, enfatizando os manifestos sociais, assim como seus significados.

É necessário uma investigação e pesquisa para atuar de maneira positiva no processo de reconstrução da memória social. Utilizando entrevistas, relatos, questionários, documentários e outros; promover momentos de trocas de experiência entre professores/as para efetivação de projetos de trabalhos, atividades e procedimentos de inserção da questão racial.

FREIRE, (2001 p. 42-43) destaca que a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. Nessa perspectiva os saberes dos professores, estudantes, núcleo gestor e comunidade da Escola Olímpio Nogueira estão entrelaçados e se constroem diariamente na busca de uma significação entre o fazer e o pensar, entre a teoria e a prática, em busca da construção de novos paradigmas mais igualitários.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo investigar os desdobramentos das determinações da Lei no currículo da escola Olímpio Nogueira e nas relações étnico-raciais da comunidade quilombola (2008-2016.)

Após analisar as respostas das entrevistas e os registros das observações que realizei in loco, percebi que a implementação da Lei 10.639/2003 na escola revelou expressivo avanço para o reconhecimento da história do/a negro/a e de sua cultura, bem como uma melhoria considerável no sentimento de pertence da comunidade de Alto Alegre, principalmente para os estudantes.

No tocante a formação continuada é possível destacar a relevância que a mesma teve e tem para o processo de implantação da Lei e da continuidade do fortalecimento do grupo de professores que participam da formação, tendo em vista que sistematicamente os professores estudam, refletem e ressignificam as práticas pedagógicas que repercutem no chão da escola.

Com relação às mudanças nas práticas pedagógicas dos professores de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, pontuo as contribuições estabelecidas nos diálogos entre estudantes, professores e comunidade, a partir das temáticas e vivências abordadas (teatro, aulas de capoeira, grupo de dança, entre outros) que vem contribuindo significativamente para o combate das práticas racistas na escola pública municipal Olímpio Nogueira, instituindo uma nova ordem mais igualitária e etnicamente plural.

Ainda há de se fazer muito para que teoria e prática possam dialogar respeitando as diversidades de todos os seus atores sociais, mas é fato que muitos avanços foram possíveis, principalmente no tocante ao respeito e sentimento de pertencimento a localidade de Alto Alegre. As conclusões preliminares apontam que a implantação da Lei 10.639/2003 na EMEF Olímpio Nogueira ocorreu de forma sistematizada e dialógica, e hoje, está consolidada no fazer dos professores através das práticas pedagógicas embasadas na reflexão e no diálogo entre professores e estudantes, professores e professores, pais e funcionários, com repercussões positivas na Comunidade do Alto Alegre.

Entretanto, uma análise mais cuidadosa destes aspectos (formação continuada e práticas pedagógicas) faz-se necessária, o que deverá ser objeto de futuras investigações, não só para que possa assegurar-me da validade da utilização destes conceitos explicativos para os resultados obtidos, mas também para que possa melhor compreender as possibilidades do emprego

destas estratégias e expandi-las para novas situações interativas com professores, estudantes e a comunidade de Alto Alegre.

Concluo, tendo a clareza que em virtude da amplitude do tema e do tempo disponível que tive para realizar a pesquisa, ingressei em um universo rico de possibilidade de reflexão e permeado de identidades e é certo que apenas iniciei a caminhada por esse universo, mas saio temporariamente dele com muitas aprendizagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de LucieDidio. Brasília: Liber Livro, 2007.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília. DF: MEC, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. DEMO, Pedro. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**, Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Brasília, MEC, 1996. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13º Ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1970. FREITAS, Décio. Palmares: a guerra dos escravos. In: **Revista Consciência Negra**. Brasília/Seppir – PR, p. 1-3, nov. 2006.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Trajetórias históricas e práticas pedagógicas da população negra no Ceará. Fortaleza: Imprece, 2009 (Col. Formação do Movimento Negro Unificado).

SAVIANI, Nereide. **Saber Escolar, Currículo e Didática**. Problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 4ªed. Revisada e ampliada. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

ALARCÃO, Isabel (org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Brasília, MEC, 1996. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

PINTO, Regina Pahim, ROSEMBERG, Fúlvia e SILVÉRIO, Valter Roberto. **Relações raciais no Brasil: pesquisas contemporâneas**- São Paulo, 2011.

APÊNDICE A

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO NÚCLEO GESTOR DA ESCOLA OLÍMPIO NOGUEIRA

1. Dados de identificação geral: (nome, formação acadêmica, cargo, tempo de serviço)
2. Para você, o que representa a Escola Olímpio Nogueira?
3. Na sua percepção como gestor da escola, que significado a escola Olímpio Nogueira quilombola tem para o corpo discente, docente, funcionário e a comunidade quilombola do entorno?
4. O que você sabe sobre a Lei Federal 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares que a regulamenta?
5. Você já participou de cursos de formação sobre a Lei 10.639/03? Se sim, quais? Destaque os pontos mais relevantes.
6. Quais são os desdobramentos da Lei 10.639/03 nesta unidade escolar? Há algum destaque segundo o que determina a Lei e as Diretrizes?
7. No caso da escola, o que pode ser considerado como elementos que possibilitem a efetivação prática da Lei 10.639/03?
8. Você identifica situações de preconceito no espaço escolar? Caso positivo, quais os tipos de preconceito?
9. Que ações a escola desenvolve em prol da participação da comunidade no espaço escolar?
10. Quais são os maiores desafios encontrados por esta gestão no que se refere ao desenvolvimento de um trabalho no sentido de promover uma educação antirracista e para a diversidade, conforme a referida lei?

APÊNDICE B

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS PROFESSORES DA ESCOLA OLÍMPIO NOGUEIRA

1. Dados de Identificação geral: (nome, formação acadêmica, cargo, tempo de serviço)
2. Para você, o que representa a escola Olímpio Nogueira?
3. Na sua percepção, que significado a escola Olímpio Nogueira tem para o corpo gestor, discente, docente, funcionário e a comunidade do entorno?
4. Houve alguma mudança na sua prática pedagógica após a implantação da Lei 10.639/03?
5. Quais mudanças você percebeu nos estudantes após o trabalho com a disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e africana?
6. Você já participou de cursos de formação sobre a Lei 10.639/03? Se sim, quais? Destaque os pontos mais relevantes.
7. Quais são os desdobramentos da Lei 10.639/03 nesta unidade escolar? Há algum destaque segundo o que determina a Lei e as Diretrizes?
8. Em sua opinião, qual a importância dessa Lei para a educação?
9. Os conteúdos e práticas pedagógicas desenvolvidos em sua escola levam em consideração o que determina a Lei 10.639/03?
10. Em relação à família e à comunidade do entorno, quais mudanças foram percebidas?

APÊNDICE C

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS ESTUDANTES DA ESCOLA OLÍMPIO NOGUEIRA

1. Dados de Identificação geral: (nome, série, endereço)
2. Para você, o que representa estudar na escola Olímpio Nogueira?
3. Você conhece a Lei 10.639/03? Se sim, como?
4. Que conteúdos são desenvolvidos em sua escola nas aulas da disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e africana?
5. Em sua opinião há algum tipo de preconceito por parte dos estudantes?
6. Você acha que as aulas de História e Cultura Afro-brasileira são importantes? Por quê?
7. Como são realizadas as atividades que envolvem a disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Africana?
8. Em sua opinião, qual a importância dessa Lei para a educação?
9. Os conteúdos e práticas pedagógicas desenvolvidos em sua escola levam em consideração o que determina a Lei 10.639/03?
10. Sua família participa das atividades da escola, quais ?

APÊNDICE D

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS PAIS DOS ESTUDANTES DA ESCOLA OLÍMPIO NOGUEIRA

1. Dados de Identificação geral: (nome, série, endereço)
2. Para você, o que representa o seu filho estudar na escola Olímpio Nogueira?
3. Você participa das ações que a escola promove? Como? Quais ?
4. Em sua opinião há algum tipo de preconceito por parte dos estudantes?
5. Você sabe que seu filho tem aula de História e Cultura Afro-brasileira?
6. Você considera importante seu filho estudar História e Cultura Afro-brasileira?
7. A escola Olímpio Nogueira vem influenciando nas mudanças ocorridas na comunidade de Alto Alegre? Se sim, como?
8. Você acha que as atividades da escola contribuem para diminuir o preconceito?
9. Como você avalia a escola antes da implementação da Lei 10.639/03?
10. Quais são as atividades que são desenvolvidas pelos professores de História e Cultura Afro-brasileira e africana?